

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 28

A TRIBUNA - SANTOS - SP - ECONOMIA
ANFIP

Isenção ampliada do IR pode dobrar total de beneficiados 4

O TOCANTINS - TO
ANFIP

Isenção de IRPF para até R\$ 5 mil pode dobrar número de beneficiados (Brasil) 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso corta previsão de receita do Orçamento após desoneração 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf deve bater recorde em 2024 e estima julgar meio trilhão de reais no próximo ano
..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Risco de judicialização com reforma é baixo 11

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso corta previsão de receita por falta de compensação à desoneração 12

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

LIMITE DO FATURAMENTO MEI: Falta de atualização obriga migração para tributação maior
..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Impacto questionado 16

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Corte no BPC pode afetar milhares de pessoas na região 18

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Cortes de gastos mudam política de concessão do BPC 19

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos vão ao STF contra juros do consignado do INSS; entenda a polêmica 21

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: idade mínima e pontos para se aposentar sobem em 2025. Calculadora mostra opções
..... 23

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pacote de corte de gasto é insuficiente para cumprir meta de resultado zero em 2025, dizem
analistas 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Pobreza é realidade para 14,2% dos trabalhadores 28

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Transferência em massa de eleitores indica fraude eleitoral 30

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Parecer da reforma será apresentado nesta 2º feira 32

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ausência de justiça fiscal do Imposto Seletivo impacta bebidas alcoólicas no Brasil
..... 34

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Semana com Copom, IPCA e o tempo correndo contra o ajuste 37

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator apresenta parecer sobre Reforma Tributária no Senado 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Nós estamos fora da caixinha" 39

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Passos simples para multiplicar o seu dinheiro e garantir um 14º salário 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Decepção com pacote alimenta temores de dominância fiscal 43

O LIBERAL - BELÉM - PA - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Advogados avaliam mudanças desde a reforma trabalhista 46

A GAZETA - MT - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Custo de oportunidade (Artigo) 48

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

No último Copom do ano, BC acelera mais 49

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
ECONOMIA

DF corre risco de quebrar 51

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Tarifa Brics: o tiro que pode sair pela culatra (Artigo) 53

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
ECONOMIA

Semana decisiva para o futuro do FCDF 55

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Governo não pode ser refém do Congresso e do mercado" 56

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Dívida do governo não cai até 2026, dizem economistas 58

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Estagflação está no radar em 2025, alerta FDC 60

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

"Pacote tem efeito relevante, mas não produz o ajuste fiscal necessário" - GPS DA ECONOMIA
..... 62

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
ECONOMIA

Acordo UE/Mercosul deve aumentar comércio do Brasil em R\$ 94 bilhões 64

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Trump admite que preços podem subir nos EUA 65

Isenção ampliada do IR pode dobrar total de beneficiados

O número de trabalhadores com carteira assinada que não precisam pagar o Imposto de Renda pode dobrar em 2026, ano em que o Governo Federal projeta a entrada em vigor da isenção para quem ganha até R\$ 5 mil. O tema será analisado no Congresso em 2025. A projeção de contribuintes beneficiados é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Segundo a entidade, atualmente 10 milhões de pessoas estão dispensadas do recolhimento do tributo. Com a proposta, a faixa de isenção deverá passar dos atuais R\$ 2.824,00, equivalente a dois salários mínimos para R\$ 5 mil. Dessa forma, mais 10 milhões de pessoas serão dispensadas da tributação. A isenção do imposto favorecerá os trabalhadores de menor renda e também alcançará assalariados da classe média em outras faixas de rendimento.

"Entre os que têm renda mensal entre R\$ 5 mil e R\$ 7,5 mil, também há o impacto positivo da redução das tarifas, e este grupo representa 16 milhões de pessoas", calcula Ma-riel Angeli Lopes, supervisora técnica do Dieese.

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Os dados do Dieese divergem dos números da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)**. Em estudo, a associação estimou alcance maior: 30,6 milhões de contribuintes estariam desobrigados de pagar o Imposto de Renda se a tabela de tributação fosse atualizada com a correção integral da **inflação**.

Nesse cálculo, o valor limite para ter isenção no recolhimento do imposto seria um pouco maior do que o proposto posteriormente pelo Governo Federal: R\$ 5.084,04.

A Unafisco trabalha na atualização dos dados para dezembro, mas prevê ingresso de R\$ 50 bilhões no bolso dos trabalhadores com a liberação do Imposto de Renda, aumento de consumo e crescimento do **PIB**. De acordo com o presidente da associação, **Máuro Silva**, 65% do **PIB** brasileiro vem do consumo das famílias. Para ele, a isenção do IR dinamizará a economia.

"Essa faixa tem poupança muito pequena. Acaba

consumindo tudo que ganha. Essas pessoas vão reformar suas casas e utilizar serviços. Haverá um trans-bordamento às famílias de menor poder aquisitivo".

OUTRO LADO

O economista João Leme, analista da Tendências Consultoria, concorda que haverá aceleração da atividade econômica. "A demanda mais alta pressiona a oferta e faz com que a atividade gire".

O especialista, no entanto, teme que o aumento de consumo possa pressionar a **inflação**. "Algumas casas (de avaliação econômica) já estão olhando aqui o IPCA de 2024 indo para fora da meta, e para o ano que vem também já se vê a **inflação** descolando um pouco do centro da meta".

Ministro fala em correção de "injustiça tributária"

No pronunciamento feito em cadeia de rádio e TV no final de novembro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, salientou que a reforma da renda, combinada com a **reforma tributária**, fará com que "grande parte do povo brasileiro não pague nem Imposto de Renda nem imposto sobre produtos da cesta básica, inclusive a carne, corrigindo grande parte da inaceitável injustiça tributária, que aprofundava a desigualdade social em nosso País".

O economista Ricardo Gonçalves, do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), e doutorando de Economia na Unicamp, salienta que a isenção do Imposto de Renda sem a compensação teria efeito concentrador, porque mesmo as pessoas de maior renda teriam um desconto de R\$ 5 mil no pagamento do imposto.

A economista Clara Brenk, professora da UFMG e coordenadora da área de política fiscal do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP, concorda com a necessidade de combinar a isenção com o aumento da tributação sobre quem tem mais renda. "Isso faz com que a gente tenha uma redução da desigualdade", pondera.

Site:

<https://edicaodigital.atribuna.com.br/pub/tribunadesanto/s/index.jsp?serviceCode=login&edicao=1826>

Isenção de IRPF para até R\$ 5 mil pode dobrar número de beneficiados (Brasil)

O número de trabalhadores com carteira assinada que não precisam pagar o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) deve dobrar em 2026, quando deverá estar em vigor a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, conforme prometido pelo governo federal na "reforma da renda" que deverá tramitar no Congresso Nacional no próximo ano.

A projeção de contribuintes beneficiados é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), fornecida à Agência Brasil. Segundo a entidade, atualmente 10 milhões de pessoas estão dispensadas do recolhimento do tributo. Com a proposta, a faixa de isenção deverá passar dos atuais R\$ 2.824 (dois salários mínimos) para R\$ 5 mil, assim serão adicionadas mais 10 milhões de pessoas dispensadas da tributação.

A isenção do imposto favorecerá os trabalhadores de menor rendimento e também alcançará assalariados da classe média em outras faixas de rendimento. "Entre os que têm renda mensal entre R\$ 5 mil e R\$ 7,5 mil, também há o impacto positivo da redução das tarifas, e este grupo representa por volta de 16 milhões de pessoas", calcula Mariel Angeli Lopes, supervisora técnica do escritório regional do Dieese no Distrito Federal.

Os dados do Dieese divergem dos números da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil, a Unafisco. Em estudo feito em setembro, a associação estimou alcance maior: 30,6 milhões de contribuintes estariam desobrigados de pagar o IRPF se a tabela de tributação fosse atualizada com a correção integral da **inflação**. Nesse cálculo, o valor limite para ter isenção no recolhimento do imposto seria um pouco maior do que o proposto posteriormente pelo governo, R\$ 5.084,04.

A Unafisco trabalha na atualização dos dados para dezembro, mas prevê ingresso de R\$ 50 bilhões no bolso dos trabalhadores com a liberação do imposto de renda, aumento de consumo e crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). De acordo com o presidente da associação, Mauro Silva, 65% do **PIB** brasileiro vem do consumo das famílias.

Para ele, a isenção do IRPF acabará por dinamizar a economia. "Essa faixa de renda tem uma poupança muito pequena. Acaba consumindo tudo que ganha.

Essas pessoas vão reformar suas casas e utilizar mais serviços. Vai haver um transbordamento para as famílias de menor poder aquisitivo também".

O economista João Leme, analista de contas públicas da Tendências Consultoria, concorda que haverá aceleração da atividade econômica. "A demanda mais alta acaba pressionando a oferta e faz com que a atividade gire", explica. O especialista, no entanto, teme que o aumento de consumo possa pressionar a **inflação**.

"Algumas casas [de avaliação econômica] já estão olhando aqui o IPCA [índice de Preço ao Consumidor Amplo] de 2024 indo fora da meta, e para o ano que vem também já se vê [a **inflação**] descolando um pouco do centro da meta estabelecida pelo Comitê Monetário Nacional", ressalta o economista. Para ele, eventual ciclo inflacionário poderá forçar "aperto monetário" e aumento da taxa de juros.

Outro temor de João Leme é o impacto da isenção do IRPF nas contas públicas, calculado entre R\$ 35 a R\$ 45 bilhões. Para ele, essas projeções levaram "à deterioração de expectativas, justamente porque o governo falava de um plano de corte de despesas de mais ou menos R\$ 70 bilhões divididos em R\$ 30 bi para 2025 e R\$ 40 bi para 2026."

Sobre os efeitos nas contas públicas, o governo argumenta que a compensação dos recursos não tributados com isenção serão compensados com a ampliação da contribuição efetiva para quem ganha acima de R\$ 50 mil mensais (R\$ 600 mil por ano).

"A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês pagará um pouco mais", explicou o ministro da Fazenda Fernando Haddad, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão no dia 27 de novembro.

No pronunciamento, Haddad salientou que a reforma da renda, combinada com a **reforma tributária**, "fará com que grande parte do povo brasileiro não pague nem imposto de renda, nem imposto sobre produtos da cesta básica, inclusive a carne. Corrigindo grande parte da inaceitável injustiça tributária, que aprofundava a desigualdade social em nosso país."

O economista Ricardo Gonçalves, do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), e doutorando de Economia na Unicamp, salienta que a isenção do IRPF sem a compensação teria efeito concentrador, porque mesmo as pessoas de maior renda teriam um desconto de R\$ 5 mil no pagamento do imposto.

"Toda vez que aumenta a faixa de isenção por si só, sem mudar a tabela progressiva de imposto de renda, gera um efeito concentrador. A minha preocupação é que, além das faixas de 27,5% [hoje alíquota máxima] tivesse outras taxas mais elevadas para as pessoas mais ricas, para ter essa compensação."

A economista Clara Brenk, professora da UFMG e coordenadora da área de política fiscal do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP, concorda com a necessidade de combinar a isenção com o aumento da tributação sobre quem tem mais renda. "Isso faz com que a gente tenha uma redução da desigualdade", pondera.

Brenk traçou os distintos perfis econômicos de quem se beneficia com a isenção e quem terá de pagar mais **impostos**. "A gente olhou aqui pelos dados da PNAD [Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar] e mais de 70% dessas pessoas que ganham até R\$ 5 mil são trabalhadores. Ao contrário de quando a gente olha para quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês, quase a metade são donos de empresas".

O economista João Leme concorda que a reforma da renda terá "efeito distributivo". "A progressividade tributária não só é uma coisa que é boa por ser moralmente correta, mas também por ser uma determinação da própria Constituição. Ter uma estrutura de tributação progressiva faz com que, de fato, a gente consiga ter um maior bem-estar social. As pessoas que podem mais pagam mais."

O presidente da Unafisco, Mauro Silva, ressalva que um número muito pequeno de pessoas tem renda acima de R\$ 50 mil e terão de pagar mais IRPF. "Se eu for considerar aqueles que hoje declaram como rendimento tributável mais de R\$ 50 mil, aí eu acho que não dá nem 100 mil pessoas", estima. (Agência Brasil).

Site: <https://otocantins.com.br/noticia/10730/isencao-de-irpf-para-ate-r-5-mil-pode-dobrar-numero-de-beneficiados>

Congresso corta previsão de receita do Orçamento após desoneração

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O Congresso decidiu cortar a previsão de receitas do Orçamento de 2025 que dependiam da aprovação de projetos do governo após considerar os efeitos da desoneração da folha de pagamentos, aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo presidente Lula, e não votar o projeto encaminhado pelo Poder Executivo que aumenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e os Juros sobre Capital Próprio (JCP), parado na Câmara.

O relatório das receitas foi aprovado na sexta-feira, na Comissão Mista de Orçamentos do Congresso. É uma etapa anterior à análise do restante do Orçamento de 2025, que envolve os gastos do governo federal. A estimativa de arrecadação serve como um "colchão" para acomodar e financiar as despesas do ano que vem, entre elas as emendas parlamentares.

O governo enviou a proposta orçamentária com previsão de R\$ 47 bilhões em receitas que dependiam de aprovação do Congresso. Elas ficariam "penduradas" e só ocorreriam se determinadas propostas passassem pelo crivo dos parlamentares.

Por outro lado, algumas despesas do Orçamento também ficariam atreladas a essa arrecadação, como os benefícios da **Previdência Social**.

Desse montante, R\$ 25,8 bilhões estavam programados com o fim da desoneração da folha de pagamentos em 2025, que impacta empresas e municípios.

O Executivo e o Congresso, porém, fecharam acordo para a continuidade da medida, com reoneração gradual a partir de 2025. O impacto estimado é de R\$ 18,8 bilhões no ano que vem com as medidas de compensação. Por isso, o relator das receitas do Orçamento, deputado Domingos Sávio (PL-MG), incorporou essa estimativa no relatório.

A desoneração da folha de pagamentos foi instituída em 2011 para setores intensivos em mão de obra. Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas. A medida também contempla pequenos municípios.

Além da desoneração, o governo esperava arrecadar

R\$ 20,9 bilhões com o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), um tributo cobrado sobre o lucro das empresas, e do Imposto de Renda relativo a Juros sobre Capital Próprio (JCP), remuneração paga pelas companhias aos seus acionistas.

O projeto, porém, está parado no Congresso e não há previsão de votação neste ano. O relator decidiu cortar essa previsão em R\$ 13,4 bilhões.

Com a redução dessa arrecadação, haverá impactos para programas que seriam financiados com o dinheiro, principalmente benefícios da **Previdência Social**, que dependiam de R\$ 43,7 bilhões dessas receitas condicionadas. Na prática, o governo agora precisará de outros recursos para financiar essas despesas no Orçamento, que são obrigatórias.

Apesar de cortar as receitas que dependiam de aprovação do Congresso, o relator aumentou a estimativa de arrecadação total do governo federal em 2025 em R\$ 22,5 bilhões, o que deve acomodar a aprovação do Orçamento. A explicação foi o desempenho da economia, que surpreendeu após dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) e da massa salarial.

CRÍTICAS. O relator, no entanto, fez algumas críticas em relação à arrecadação programada pelo governo. Entre elas, está a previsão de R\$ 28,6 bilhões pela volta do voto de qualidade no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, o tribunal da **Receita Federal**. Em 2024, o governo disse que poderia arrecadar R\$ 54,7 bilhões com essa medida, mas menos de R\$ 300 milhões entraram nos cofres públicos. Ele não alterou a previsão de arrecadação com o **Carf** após apelos do governo.

"Esta relatoria buscou informações a respeito do expressivo aumento nas outras receitas administradas e foi informada de que o Poder Executivo continua confiante que os esforços de recuperação de créditos seja mediante análise no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** de transações de relevante e disseminada controvérsia jurídica renderão os montantes estimados na proposta, a despeito do desempenho decepcionante em 2024", afirmou Domingos Sávio no relatório.

Compensação Apesar do corte de receitas, relator
elevou estimativa de arrecadação do governo em 2025

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Carf deve bater recorde em 2024 e estima julgar meio trilhão de reais no próximo ano

Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta De Brasília

O presidente do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, Carlos Higino Ribeiro de Alencar, estima que o órgão recursal da **Receita Federal** vai julgar meio trilhão de reais em créditos tributários em 2025, ano em que a arrecadação com julgamentos do tribunal continua relevante para o cumprimento da meta de resultado primário de déficit zero, estabelecida pela equipe econômica. Para acelerar os julgamentos, o **Carf** vai fazer uso de inteligência artificial.

O montante previsto para 2025, apesar de expressivo, será menor que o deste ano, em razão de uma boa redução no estoque do tribunal administrativo. Essa diminuição, segundo destacou Higino em entrevista exclusiva ao Valor, é reflexo do recorde a ser alcançado no fechamento de 2024: mais de R\$ 800 bilhões em créditos tributários julgados.

Auditor fiscal, Higino foi minisho da Controladoria-Geral da União (CGU) no governo Dilma Rousseff (PT) e assumiu a presidência do **Carf** no início de 2023, indicado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Neste ano, porém, houve uma frustração de receitas a partir de julgamentos do **Carf**. No Orçamento, a equipe econômica previa que arrecadaria R\$ 54,7 bilhões e até chegou a elevar esse valor para R\$ 55,6 bilhões com o restabelecimento, no ano passado, do voto de qualidade - o desempate feito pelo presidente da turma julgadora, que é representante da Fazenda - e o fim da greve dos auditores fiscais da **Receita Federal**.

Durante o exercício de 2024, no entanto, essa arrecadação não se concretizou, o que gerou reiteradas críticas de especialistas e até alertas do Tribunal de Contas da União (TCU). Somente no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de setembro, a Fazenda derrubou a previsão da arrecadação a partir dos julgados no órgão, que foi para R\$ 847 milhões. Procurada, a **Receita Federal** não comentou quanto arrecadou com o **Carf** até dezembro.

Apesar do fracasso neste ano, a pasta ainda aguarda arrecadar R\$ 28,5 bilhões em 2025 a partir dos julgados no **Carf**, segundo incluiu no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) do próximo ano.

A meta de resultado primário para 2025 permanece de déficit zero e o governo federal já oficializou que, ao contrário deste ano, quer, durante a execução orçamentária, mirar o centro da meta, não o limite inferior da banda de tolerância, que permite uma variação negativa de até 0,25 ponto percentual do **PIB**, o que vai elevar ainda mais o desafio fiscal do governo Lula.

Na avaliação de Higino, é possível que, em 2025, o governo passe a arrecadar mais fortemente por meio do **Carf**, já que o fluxo de julgamentos disparou este ano. Embora a Fazenda não tenha arrecadado o que esperava com o tribunal administrativo, ele defende que os julgamentos do **Carf** foram responsáveis, por exemplo, por grandes acordos de transação tributária, realizadas tanto na **Receita Federal** quanto na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

"Não é que esse recurso aqui não vai entrar. Ele vai entrar. A questão é quando, se será mais rápido ou mais lento", disse o presidente do órgão. Para ele, ainda é preciso esperar para fazer um diagnóstico sobre o motivo de os contribuintes não estarem realizando os pagamentos, apesar das vantagens previstas na nova lei. "Precisamos analisar, no médio e longo prazo, os incentivos e desincentivos ao contribuinte para ele continuar litigando ou pagar o que deve com as vantagens." Com o recorde de julgamentos neste ano, viabilizado principalmente a partir da priorização de processos de maior valor, a sua gestão, segundo contou o presidente, conseguiu reduzir o estoque total do **Carf**, que passou de R\$ 1,1 trilhão para R\$ 950 bilhões.

O número de processos também caiu nos últimos dois anos, segundo dados do tribunal: no início de 2023, havia 92 mil processos em tramitação no órgão, ante 72 mil até o final de novembro deste ano. "Estamos conseguindo derrubar a quantidade de processos, o que, no longo prazo, vai levar a uma queda do tempo dos processos", disse o presidente durante a entrevista ao Valor.

Higino rebateu quem afirma que o tribunal administrativo está sendo utilizado para fins arrecadatários. Dados do órgão, segundo ele, indicam que o contribuinte vence 50% dos processos julgados. "Meu papel é julgar os processos." Hoje, ele disse, um

caso na Câmara Superior do **Carf** - última instância - leva em média 255 dias para ser julgado, o que na sua avaliação é uma "temporalidade muito boa", já que o prazo, no passado, ultrapassava os 450 dias. O problema, ressaltou, são os casos em tramitação nas turmas ordinárias, nas quais o tempo médio ultrapassa três anos.

Por isso, do ponto de vista administrativo, o auditor da Receita projeta que, a partir de 2025, o uso de inteligência artificial no **Carf** passará a produzir efeitos. Até o fim do ano, o **Carf** colocará em funcionamento o sistema batizado de Iara (Inteligência Artificial em Recursos Administrativos), desenvolvido com o Serpro.

"Tenho uma grande expectativa que esse sistema vai ser fundamental, principalmente na resolução dos pequenos casos que se repetem", afirmou o presidente. "Há pequenos contribuintes que aguardam a resolução de casos simples, mas que muitas vezes demoram. A Iara auxiliará principalmente nesses casos", complementou Higino. O sistema será usado na análise de processos e na elaboração de resumos e decisões com base na jurisprudência.

Também para tentar desafogar o estoque no órgão recursal e acelerar os julgamentos, Higino pretende avançar em 2025 com a edição de súmulas. Com o mecanismo, as delegacias da **Receita Federal** precisam seguir a jurisprudência do **Carf**, o que automaticamente diminui a entrada de processos na instância superior.

Inicialmente, a intenção é que o sistema de inteligência artificial utilize uma base de 500 mil julgamentos do **Carf**, além de súmulas do Conselho e entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Além de a gente continuar julgando valores altos, com a Iara e a aprovação de súmula, vamos resolver os casos repetitivos", disse Higino. "A ideia do **Carf** é debater grandes teses jurídico-tributárias. E esses casos mais simples, que a gente consiga dar essa celeridade e esse resultado", concluiu.

R\$800bi é o valor previsto de julgamentos de 2024

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188063>

Risco de judicialização com reforma é baixo

Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta De Brasília

Numa escala de zero a dez, é da ordem de três o risco de haver um aumento no volume de ações judiciais em função de decisões divergentes nas duas instâncias administrativas que julgarão os casos envolvendo a cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), ambos criados na reforma dos **tributos** sobre o consumo. Evitar que interpretações diferentes provoquem uma corrida aos tribunais é um dos grandes desafios à frente, afirmou ao Valor o presidente do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, Carlos Higino Ribeiro de Alencar.

"Não podemos deixar surgir essa semente do mal, essa erva daninha. Aí vai criar mais complexidade no sistema", disse Higino. "Eu diria que para o ano que vem, para os demais, esse é um ponto bem importante." A existência de duas instâncias julgadoras é um dos maiores pontos de preocupação de especialistas em **tributos**. O tema faz parte do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108/24, que institui o Comitê Gestor do IBS.

É um dos dois projetos que detalham o funcionamento da **reforma tributária**. Essa proposição deve ser votada em 2025, enquanto o texto que detalha o funcionamento dos novos **tributos**, o Projeto de Lei Complementar nº 68/24, pode concluir sua tramitação até o fim do ano.

A **reforma tributária** criou um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) nos moldes do que existe nas economias mais avançadas, mas criou uma particularidade: o tributo é dual. Ou seja, é composto por duas partes, uma federal (CBS) e uma dos Estados e municípios (IBS).

Em teoria, o imposto e a contribuição são similares, para funcionar como um tributo só. A uniformidade, porém, fica sob risco porque haverá duas instâncias para os contribuintes discutirem a cobrança dos **tributos**: o Carf para a CBS e o Comitê Gestor para o IBS. Problema poderá ocorrer se os entendimentos do Conselho e do Comitê Gestor forem diferentes.

Para contornar esse problema, a versão do PLP nº 108/24, que está em análise no Senado Federal, cria um comitê de harmonização. Na visão de Higino, se a ideia de uma instância destinada a conciliar posições funcionar, o risco de ocorrer uma onda de contribuintes buscando a Justiça é reduzido. "Do

contrário, pode haver judicialização em massa", alertou.

Criticada por especialistas, a instituição de dois órgãos de julgamento é vista por Higino como uma forma de preservar competências. "O tributo IBS é de Estados e municípios, o tributo CBS é da União, então cada um tem que ter essa competência de julgar", afirmou. Ele considera, porém, que esse é um ponto de atenção e que é preciso manter um olhar atento para evitar que as divergências se transformem numa bola de neve.

Por outro lado, lembrou Higino, a **reforma tributária** trará uma "brutal" redução das ações e questionamentos administrativos envolvendo **tributos**.

Hoje, lembra ele, há uma grande quantidade de disputas. Por exemplo, se uma despesa constitui ou não um crédito tributário. Isso porque os atuais PIS/Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedem crédito a partir do controle físico se um produto foi ou não usado na produção da empresa.

"Aí surgem discussões do tipo: uma bota de borracha usada pela pessoa que trabalha na peixaria gera crédito para a peixaria, mas a mesma bota usada por alguém que atua no transporte do peixe, não", exemplificou.

A **reforma tributária** pretende acabar com esse tipo de debate ao instituir o crédito financeiro. Assim, tudo o que for despesa da empresa gerará crédito. Só haverá exceção para certos itens, como uma garrafa de vinho consumida pelos dirigentes da empresa.

Outra fonte de litígio administrativo e judicial são os incentivos fiscais concedidos por Estados, comentou Higino. Há muitos processos que discutem se o benefício está ou não de acordo com as normas do Conselho de Política Fazendária (Confaz), colegiado que reúne os secretários estaduais de finanças. Também nesse caso, a expectativa é que as discussões acabem, uma vez que a "guerra fiscal", que está na raiz da concessão desses incentivos fiscais, também deve ser eliminada.

"Não podemos deixar surgir essa semente do mal, essa erva daninha" Carlos H. R. de Alencar

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188063>

Congresso corta previsão de receita por falta de compensação à desoneração

O Congresso decidiu cortar a previsão de receitas do Orçamento de 2025 que dependiam da aprovação de projetos do governo após considerar os efeitos da desoneração da folha de pagamentos, aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo presidente Lula, e não votar o projeto encaminhado pelo Poder Executivo que aumenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e os Juros sobre Capital Próprio (JCP), parado na Câmara.

O relatório das receitas foi aprovado na sexta-feira, na Comissão Mista de Orçamentos do Congresso. É uma etapa anterior à análise do restante do Orçamento de 2025, que envolve os gastos do governo federal. A estimativa de arrecadação serve como um "colchão" para acomodar e financiar as despesas do ano que vem, entre elas as emendas parlamentares.

O governo enviou a proposta orçamentária com previsão de R\$ 47 bilhões em receitas que dependiam de aprovação do Congresso. Elas ficariam "penduradas" e só ocorreriam se determinadas propostas passassem pelo crivo dos parlamentares. Por outro lado, algumas despesas do Orçamento também

ficariam atreladas a essa arrecadação, como os benefícios da **Previdência Social**.

Desse montante, R\$ 25,8 bilhões estavam programados com o fim da desoneração da folha de pagamentos em 2025, que impacta empresas e municípios. O Executivo e o Congresso, porém, fecharam acordo para a continuidade da medida, com reone-ração gradual a partir de 2025. O impacto estimado é de R\$ 18,8 bilhões no ano que vem com as medidas de compensação. Por isso, o relator das receitas do Orçamento, deputado Domingos Sávio (PL-MG), incorporou essa estimativa no relatório.

A desoneração da folha de pagamentos foi instituída em 2011 para setores intensivos em mão de obra. Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas. A medida também contempla pequenos municípios.

Além da desoneração, o governo esperava arrecadar R\$ 20,9 bilhões com o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), um tributo cobrado sobre o lucro das empresas, e do

Imposto de Renda relativo a Juros sobre Capital Próprio (JCP), remuneração paga pelas companhias aos seus acionistas.

O projeto, porém, está

parado no Congresso e não há previsão de votação neste ano. O relator decidiu cortar essa previsão em R\$ 13,4 bilhões.

Com a redução dessa arrecadação, haverá impactos para programas que seriam financiados com o dinheiro, principalmente benefícios da **Previdência Social**, que dependiam de R\$ 43,7 bilhões dessas receitas condicionadas. Na prática, o governo agora precisará de outros recursos para financiar essas despesas no Orçamento, que são obrigatórias.

Apesar de cortar as receitas que dependiam de aprovação do Congresso, o relator aumentou a estimativa de arrecadação total do governo federal em 2025 em R\$ 22,5 bilhões, o que deve acomodar a aprovação do Orçamento. A explicação foi o desempenho da economia, que surpreendeu após dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) e da massa salarial.

O relator, no entanto, fez algumas críticas em relação à arrecadação programada pelo governo. Entre elas, está a previsão de R\$ 28,6 bilhões pela volta do voto de qualidade no **Carf**. Em 2024, o governo disse que poderia arrecadar R\$ 54,7 bilhões com essa medida, mas menos de R\$ 300 milhões entraram nos cofres públicos.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-136236-e53e2cb23aac8b74f311a2423dd03b75.pdf

LIMITE DO FATURAMENTO MEI: Falta de atualização obriga migração para tributação maior

ANA CAROLINA MANZZI ana.manzzi@odia.com.br

Com a **inflação** acumulada e o aumento do salário mínimo, muitos Microempreendedores Individuais (MEIs) encontram dificuldades para permanecer dentro da faixa limite de faturamento de R\$ 81 mil ao ano, colocando barreiras ao crescimento de seus negócios.

O teto não sofre correção desde 2018 e já não reflete a realidade econômica do país, fazendo com que os microempreendedores precisem migrar para regimes tributários mais custosos e complexos.

Por isso, O DIA ouviu especialistas que explicam como ficar em dia com a **Receita Federal** e não acabar com o registro irregular.

De acordo com os dados mais recentes da **Receita Federal**, atualmente o Brasil possui mais de 16,3 milhões de pessoas registradas como microempreendedores individuais.

Só no Rio de Janeiro, mais de 1,7 milhão de profissionais trabalham como MEI.

A modalidade MEI permite que pequenos empreendedores formalizem seus negócios com uma carga tributária reduzida e simplificada, mas o ganho não pode ultrapassar R\$ 81 mil para aqueles que mantiverem a empresa ativa durante todo o ano. Esse precisa ser o faturamento bruto anual no ano-calendário, ou seja, de janeiro a dezembro.

O cálculo é feito a partir do valor bruto obtido pelo empreendedor, isto é, sem subtrair os custos. Logo, se a empresa faturou R\$ 50 mil e gastou R\$ 10 mil em custos e/ ou despesas, o valor a ser declarado na Declaração Anual do Simples Nacional (DASN) será de R\$ 50 mil.

No entanto, em alguns casos o montante pode ser menor.

Para os MEIs que não completaram 12 meses de funcionamento o limite é proporcional, sendo calculado o teto de faturamento mensal, em R\$ 6.750,

multiplicado pelo número de meses em que o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) esteve ativo.

Se o MEI tem seis meses de atuação, o seu limite será de R\$ 40,5 mil (R\$ 6.750 x 6).

Portanto, no primeiro ano de atuação, o microempreendedor deve observar, mensalmente, se está dentro do limite estabelecido pela lei. Desse modo, se o microempreendedor faturar R\$ 8 mil em um mês e apenas R\$ 3 mil no outro, não há problema, desde que a receita bruta anual não ultrapasse o valor de R\$ 81 mil.

LIMITE ULTRAPASSADO

Caso o faturamento anual de R\$ 81 mil seja ultrapassado, o microempreendedor será desenquadrado e passará a ser Microempresa (ME). No entanto, a forma como isso se dará e, principalmente, como será a cobrança dos **impostos**, vai depender do valor que ultrapassou o teto.

Segundo especialistas, não há como "driblar" o sistema, mas existe uma tolerância de até 20% sobre o valor, permitindo que o faturamento alcance até R\$ 97,2 mil, sem que haja desenquadramento imediato.

Porém, durante o ano corrente, é preciso emitir e pagar o DAS normalmente e, em janeiro do ano seguinte, será necessário emitir uma guia complementar, que corresponde ao valor excedente faturado. Depois disso, a empresa será enquadrada como Microempresa, podendo solicitar o recolhimento de **impostos** conforme as regras do Simples Nacional.

"Se o valor ultrapassar os R\$ 81 mil em mais de 20%, a migração é imediata, a partir do mês seguinte. No entanto, empresas que não emitem nota fiscal, como algumas no setor de comércio, podem não ser fiscalizadas diretamente, o que facilita a sonegação, mas isso é ilegal", explica Welinton Mota, diretor tributário da Confirp Contabilidade.

Se a empresa ultrapassar o limite do MEI e não fizer o enquadramento, ela ficará irregular, especialmente se

emitir nota fiscal de serviços.

**

Microempresa pode voltar a ser MEI

Gustavo Nunes, especialista em ciências contábeis e sócio da Renttax, esclarece que, se uma microempresa tiver baixo faturamento, também é possível voltar a ser MEI.

"Não é de forma automática. O contribuinte deve solicitar um desenquadramento de ME para MEI a um contador e o mesmo só pode ser feito em janeiro de cada ano, e lembrando que não somente o baixo faturamento é algo a ser olhado, mas também o número de funcionários em registro, pois no MEI é permitido apenas um funcionário em registro", ressalta Nunes.

"Por menor faturamento que ele tenha terá que pagar imposto para cada nota emitida, diferentemente do MEI que tem o limite previsto para tal isenção", disse.

Em nota, o Ministério da Fazenda afirma que "o fato de o MEI ser alçado a ME é uma decorrência natural da estrutura do Simples Nacional".

**

Entenda como ficam os impostos

Por regra, os mi - croempreendedores individuais contribuem com uma alíquota sobre o salário mínimo nacional, por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), que inclui o pagamento da contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Nele é contabilizado o imposto referente, seja sobre serviços (ISS) ou de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Ao todo, o MEI paga uma contribuição de 5% sobre o salário mínimo de R\$ 1.412 (valor de R\$ 70,60), mais R\$ 1 de ICMS, se desenvolver atividades de comércio e indústria; e R\$ 5 de ISS, se for prestador de serviços. No total, o valor pode chegar a R\$ 76,60 ao mês.

Ao deixar de ser microempreendedor individual, a nova carga tributária como microempresa tende a ser mais pesada. Nunes explica que isso acontece porque "antigamente como MEI não existia nenhum tipo de tributo sobre seu faturamento".

**

Especialista explica a tributação para quem vira microempresa

Ao ser uma ME tributada no Simples Nacional, a empresa continuará a recolher os tributos de forma unificada, mas esse pagamento passa a referir-se também ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) de 15%, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) tendo inicial de 9%, o Programa de Integração Social (PIS) de 0,65%, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 3% e o Imposto sobre Serviços (ISS) que varia de acordo com a região e pode ser entre 2% e 5%.

Além disso, o percentual, que começa em 4% para comércio e 6% para serviços, incide sobre o faturamento da empresa. A ME é uma sociedade empresarial com até 19 funcionários e faturamento anual de até R\$ 360 mil. Considerando um faturamento anual de R\$ 100 mil, Nunes explica que a tributação para quem virou ME acontece da seguinte forma: - Empresas de comércio (lojas em geral): 4% inicial - Fábricas/indústrias e empresas industriais: 4,5% inicial - Empresas que oferecem serviços de instalação, de reparos e de manutenção. Consideram-se neste anexo, ainda, agências de viagens, escritórios de contabilidade, academias, laboratórios, empresas de medicina e odontologia: 6% inicial - Empresas que fornecem serviço de limpeza, vigilância, obras, construção de imóveis, serviços advocatícios: 4,5% - Empresas que fornecem serviço de auditoria, jornalismo, tecnologia, publicidade, engenharia, entre outros: 15,5% inicial

CURSO

O Sebrae possui uma jornada de capacitação para todos os momentos do MEI.

O curso "Como Expandir seu Negócio" apresenta as vantagens e benefícios da formalização para o MEI. A orientação é gratuita, com quatro horas de duração e emissão de certificado com verificação de autenticidade.

Os interessados podem se inscrever por meio do portal do Sebrae: <https://encurtador.com.br/890uQ>.

com.br/890uQ.

**

Propostas para justar o limite

A última correção do limite de faturamento do MEI ocorreu em 2017, que começou a vigorar em janeiro de 2018. Antes disso, o limite era de R\$ 60 mil ao ano. Há projetos no Congresso Nacional que buscam ajustar o limite de faturamento do MEI.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2021 propõe aumentar o limite para R\$ 130 mil ano. A proposta, que tramita na Câmara dos Deputados, ainda autoriza o MEI a contratar até dois funcionários.

A proposta estabelece que, em caso de empresa recém-aberta, o limite será de R\$ 10.833, multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o fim do ano-calendário.

O texto já foi aprovado pelo Senado Federal e deve ir à sanção após aprovado pela Câmara. "Nossa proposta ajuda a pessoa que já está enquadrada como MEI e vislumbra a possibilidade de ampliação de sua atividade econômica", afirma o senador Jayme Campos (DEM- -MT), autor do projeto.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/13030/09-12-2024.html>

Impacto questionado

THAÍS BARCELLOS *thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br*
BRASÍLIA

GOVERNO PREVÊ ECONOMIA DE R\$ 30,6 BI - O pacote de contenção de gastos anunciado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva pode ser insuficiente para garantir o cumprimento da meta de resultado primário zero em 2025, avaliam especialistas em contas públicas. Ainda que esse não fosse o objetivo principal do pacote, focado em adequar as despesas ao limite do arcabouço fiscal, era um efeito colateral desejável por analistas, sobretudo considerando o propósito final de colocar as contas no azul e estabilizar a dívida pública. No próximo ano, o governo prevê economizar R\$ 30,6 bilhões com as medidas.

Essa frustração, junto com temores gerados pela proposta de aumento da isenção do Imposto de Renda (IR), vem contribuindo para manter o dólar ao redor do recorde histórico de R\$ 6. Para economistas, o pacote avança com alguns ajustes estruturais nas despesas obrigatórias, mas, sem reforço das medidas no Congresso, o governo deve continuar dependente de receitas extras e incertas e do congelamento de recursos para fechar as contas em 2025.

Assim como neste ano, a meta fiscal de 2025 é zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) -entre déficit de R\$ 30,97 bilhões e superávit de R\$ 30,97 bilhões. No Prisma Fiscal de novembro, a mediana aponta para rombo de R\$ 89,6 bilhões -a pesquisa é feita pelo Ministério da Fazenda junto ao mercado. No Boletim Focus, do Banco Central, a estimativa de déficit não se mexeu após a apresentação das medidas, mantendo-se em 0,7% pela sexta semana consecutiva.

PENTE-FINO É DÚVIDA

Algumas medidas não devem abrir de fato espaço no Orçamento. E o caso da regra que determina que 50% das emendas de comissão devem ir para a Saúde. O Executivo conta que a iniciativa deve economizar R\$ 6,7 bilhões, mas economistas argumentam que as verbas parlamentares não diminuirão, só foi definido um destino certo para parte do montante, referendando o que ocorre na prática.

Há dúvidas sobre o sucesso das medidas de pente-fino em poupar recursos. Neste ano, inicialmente o governo previa poupar R\$ 10 bilhões com a revisão de cadastros no **INSS**. Essa projeção caiu para R\$ 5,5 bilhões em novembro.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já disse que o pacote atende o que "a área econômica pretende atingir de resultados fiscais nos próximos anos", mas deixou em aberto a possibilidade de "voltar à planilha" no futuro para buscar soluções se necessário. Ao apresentar o pacote, lembrou ainda que o mercado errou as projeções fiscais de 2024, cujos resultados devem ficar dentro dos objetivos.

Nos cálculos do economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, o ajuste necessário para cumprir o piso da meta zero, em 2025, é de R\$ 46,9 bilhões. Destes, ele avalia que o pacote contribuiria com R\$ 23 bilhões. O economista diz que os problemas não param por aí, uma vez que o "déficit real" seria de R\$ 75,1 bilhões, considerando o pagamento de R\$ 44,1 bilhões em precatórios (dívidas judiciais de entes públicos para as quais não cabe mais recurso) que serão descontados para fins da avaliação de cumprimento da meta. Mas é esse valor que conta para a dívida pública.

O economista João Leme, da Tendências Consultoria, tem diagnóstico parecido. Já contando com o efeito do pacote, a previsão deficitária para 2025 é de 0,30% do PI B, fora da meta, que prevê rombo de até 0,25% do **PIB**.

Leme diz que o pacote tem medidas estruturais importantes, como a adequação da regra de reajuste do salário mínimo ao arcabouço (que varia de 0,6% a 2,5% acima da **inflação**) e a mudança nos critérios de acesso ao abono salarial, mas que elas são insuficientes. As medidas para militares e a mudança de indexação do Fundo Constitucional do Distrito Federal são positivas, mas geram economia pequena.

-Ainda que o pacote seja bem-vindo, vai precisar ser complementado por outras medidas. É um importante passo, mas não suficiente. Só essas medidas não são capazes, sem mais nada, de entregar a meta em 2025 -disse, citando que será preciso contingenciar recursos.

Para o economista, o pacote ajuda a manter o arcabouço de pé até 2026, mas sem entregar o objetivo principal de estabilizar a dívida pública: -O arcabouço do jeito que está não parece conseguir entregar o que se esperava dele: a contenção de parte de despesas, e assim a contenção da trajetória da dívida.

Já o economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, avalia que o espaço que deve ser aberto nas despesas obrigatórias em virtude do pacote deve contribuir para dar mais flexibilidade na execução do Orçamento de 2025, possibilitando congelamento de recursos com menor custo político.

CONTINGENCIAMENTO

Dentre as medidas previstas no pacote, há, inclusive, dispositivo que possibilita que o contingenciamento mire o centro da meta. Hoje, a equipe econômica argumenta que o dever de execução do Orçamento só permite congelar recursos até o limite inferior.

Sbardelotto projeta déficit primário de R\$ 47,5 bilhões em 2025, considerando cerca de R\$ 50 bilhões em receitas extras e impulso na arrecadação graças à atividade, à **inflação** e ao dólar altos. Para alcançar o limite inferior da meta, faltariam R\$ 16,5 bilhões, que, segundo ele, poderiam ser preenchidos com medidas de receitas adicionais ou atingidos com contingenciamento. Ele calcula que deve ser possível poupar R\$ 17,6 bilhões com as medidas de contenção de despesas propostas: - Será possível fazer congelamento sem grandes restrições. O contingenciamento não pode ser feito ad infinitum. Há limite mínimo de despesas discricionárias (para bancar a máquina pública). O pacote vai acabar ajudando no cumprimento da meta de 2025.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Corte no BPC pode afetar milhares de pessoas na região

FERNANDA COCELLI E ARTHUR GANDINI Especial para o Diário

O governo federal apresentou recentemente um pacote de medidas fiscais que prevê uma economia de R\$ 327 bilhões até 2030. Para alcançar esse resultado, o chamado BPC (Benefício de Prestação Continuada) irá fazer parte do corte de gastos idealizado pela equipe econômica. O auxílio no valor de um salário mínimo (R\$ 1.412) é pago a pessoas de baixa renda, idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência.

Ainda no começo de 2025, como parte dos cortes, o governo pretende fazer um pente-fino para limitar o acesso ao BPC. As alterações legislativas atingem tanto idosos como pessoas com deficiência, estas últimas de forma ainda mais significativa por conta da mudança na definição do conceito de pessoa com deficiência.

O Grande ABC tem cerca de 200 mil pessoas com algum tipo de deficiência, conforme dados do Observatório dos Direitos da Pessoa com Deficiência. E esse número representa 7,3% do total de moradores das sete cidades.

"Atualmente, o BPC Loas é pago para pessoas com deficiência de qualquer idade. Com o corte de gastos, o benefício pode passar a ser pago apenas para pessoas com deficiência que são incapazes para a vida independente ou para o trabalho", alerta a advogada previdenciária Fernanda Fortes. A especialista explica que apenas aquela pessoa que depende de terceiros para qualquer atividade realmente deve passar a ter acesso ao benefício após as mudanças.

Atualmente, além da deficiência e da idade, outro critério que dá direito ao BPC é a renda mensal familiar per capita ser inferior a 1/4 do salário mínimo vigente (atualmente cerca de R\$ 353). Entretanto, aposentadorias, pensões ou até outro BPC no valor de um salário mínimo pagos a outros membros da família não entram nesse cálculo, o que deve mudar com a aprovação do projeto do corte de gastos.

Com isso, muitas pessoas que atingiram o critério de renda deixarão de atingir o critério, prejudicando idosos e pessoas com deficiência.

Além disso, o requerente e sua família devem estar devidamente inscritos no CadÚnico, um registro utilizado pelo governo para identificar famílias em situação de vulnerabilidade social. Por último, não é permitido acumular o BPC com outros benefícios previdenciários ou assistenciais.

Outras pessoas da família podem receber o benefício, mas não o titular do BPC.

Segundo os especialistas, poucas pessoas também costumam saber que, mesmo quando a renda per capita de uma família ultrapassa o limite, ainda é possível garantir o benefício se houver despesas essenciais que comprometam seriamente o orçamento familiar.

"Gastos altos com medicamentos de uso contínuo, fraldas geriátricas, alimentação especial ou outros itens indispensáveis à saúde e bem-estar podem ser levados em consideração, tanto pelo **INSS** quanto pela Justiça Federal", explica a advogada previdenciária Andrea Cruz. Ela ressalta ainda que é fundamental apresentar provas concretas, como receitas médicas, notas fiscais e laudos médicos, que mostram que, apesar da renda aparente, a família enfrenta dificuldades financeiras para cobrir essas despesas básicas.

Para realizar a solicitação do BPC é necessário realizar o levantamento de todos os documentos necessários que comprovem a necessidade, comprovação dos cadastros, entre outros, e ter um cadastro ativo no aplicativo ou site 'Meu **INSS**'. O caminho é realizar um novo pedido na opção 'benefício assistencial' e acompanhar a solicitação no aplicativo ou no site do órgão. Costuma levar em média 45 dias para ter o retorno do **INSS**, mas isso pode variar conforme o andamento do processo.

Site: dgabc.com.br

Cortes de gastos mudam política de concessão do BPC

Com o intuito de combater fraudes e otimizar a gestão dos recursos públicos, o Governo Federal anunciou, recentemente, mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC). As alterações, que fazem parte do pacote de cortes de gastos liderado pelo Ministério da Fazenda, incluem a ampliação do conceito de grupo familiar, exigência de biometria e novas definições de incapacidade e impedimento de longo prazo.

O BPC é um auxílio assistencial garantido pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) que não exige contrapartida como, por exemplo, contribuições ao **INSS**. Ele assegura um salário mínimo mensal para dois grupos específicos: idosos com 65 anos ou mais e provenientes de famílias carentes; e pessoas com deficiência de qualquer idade, cuja condição dificulte a realização de atividades cotidianas devido às limitações físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais.

Direito

Quase 6 milhões de pessoas recebem hoje o BPC. Atualmente, para ter direito ao benefício, é necessário que a renda familiar per capita seja de até 1/4 do salário mínimo (equivalente hoje a R\$ 353) e que todos os integrantes da família estejam inscritos e com os dados atualizados no CadÚnico. Uma revisão do cadastro já está em curso e os beneficiários estão sendo convocados para atualizar seus dados ou fazer a inscrição no CadÚnico.

A medida impacta cerca de 1,2 milhão de pessoas, mas até o momento, 800 mil ainda não atenderam à convocação para a entrega dos documentos necessários. Segundo informações do Governo Federal, ainda existe um grande número de beneficiários que não estão incluídos no Cadastro Único ou que estão com as informações desatualizadas há mais de 48 meses. "Estamos aperfeiçoando os mecanismos de controle para endereçar os principais problemas identificados", diz nota técnica do Ministério da Fazenda.

Mas além disso, outras mudanças em discussão visam intensificar ainda mais o controle sobre o benefício. No entanto, mesmo antes de entrarem em vigor, já enfrentam críticas por dificultarem o acesso e a manutenção do BPC. "Uma coisa é combater fraudes; outra é criar obstáculos para milhões de pessoas em extrema pobreza", explicou o advogado especialista

em Direito Previdenciário, Rômulo Saraiva.

Renda

Uma das alterações mais debatidas é a inclusão de aposentadorias e pensões no cálculo da renda familiar. Atualmente, as rendas de idosos que ganham o salário mínimo não comprometem o acesso ao BPC. Contudo, o projeto de lei n.º 4614/2024, do deputado José Guimarães (PT-CE) - incluído no pacote -, propõe considerar essas rendas, mesmo que sejam de parentes que não morem na mesma residência.

Por exemplo, ao solicitar a inclusão no BPC, caso a pessoa receba auxílio financeiro de pais, filhos ou irmãos que não residam no mesmo domicílio, esses familiares serão contabilizados para o cálculo da renda familiar. Quando isso ocorrer e a renda familiar per capita ultrapassar um salário mínimo, a pessoa perderá o direito ao benefício. "Isso impede que dois idosos convivam sob o mesmo teto com renda mínima e contraria o Estatuto do Idoso e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência", ressalta Saraiva.

Para acessar o BPC, também será obrigatório comprovar a incapacidade da pessoa de viver de forma independente ou de trabalhar. Além disso, cadastros desatualizados há mais de dois anos deverão ser renovados, incluindo a inserção da Classificação Internacional de Doenças (CID). Quem não realizar a atualização terá o benefício suspenso.

Biometria

A biometria, que já é exigida para novos pedidos, também passará a ser obrigatória para aqueles que precisarem atualizar o cadastro. "A obrigatoriedade da biometria também é apontada como um obstáculo para beneficiários em áreas rurais ou com acesso limitado à tecnologia. Além disso, há temores de que operações de pente-fino possam revisar benefícios já concedidos, mesmo que as novas regras não tenham efeito retroativo imediato", explicou o advogado especialista.

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na última semana, por mais de 260 votos favoráveis, as urgências dos projetos de lei que compõem o pacote de corte de gastos. A votação do mérito das propostas

ficou para esta semana. Caso aprovado na

íntegra, as mudanças das normas do BPC podem ser questionadas judicialmente, sobretudo em relação à constitucionalidade, segundo o advogado especialista. "Princípios como dignidade da pessoa humana, isonomia e vedação ao retrocesso social estariam em risco. Acredito que a questão pode chegar ao Supremo Tribunal Federal, que já possui precedentes sobre direitos sociais", ressaltou Saraiva.

Futuro

Embora as mudanças ainda dependam de aprovação no Congresso Nacional, a percepção de um futuro mais rígido para o BPC gera incertezas. "O governo precisa equilibrar ajustes fiscais e a proteção social para não agravar a desigualdade no País", resalta

o Rômulo Saraiva.

Para minimizar riscos de perda do benefício, especialistas recomendam manter o CadÚnico atualizado e reunir documentos que comprovem a renda e despesas do grupo familiar. Em caso de dúvidas ou necessidade de orientação jurídica, os beneficiários podem buscar ajuda na Defensoria Pública da União ou em advogados especializados.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/pypx/#p=1>

Bancos vão ao STF contra juros do consignado do INSS; entenda a polêmica

Gustavo Gonçalves

A ABBC (Associação Brasileira de Bancos) ingressou no STF (Supremo Tribunal Federal) com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) para questionar a competência do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e do **CNPS** (Conselho Nacional de **Previdência Social**) na definição do teto de juros do crédito consignado.

A entidade, que representa bancos de médio porte, argumenta que a legislação em vigor não dá ao instituto autoridade para determinar o limite de juros. Segundo a ABBC, essa atribuição seria exclusiva do CMN (Conselho Monetário Nacional), conforme estabelecido pela lei 4.595/64, que organiza o Sistema Financeiro Nacional.

O consignado é um empréstimo feito por aposentados e pensionistas do **INSS** com desconto direto no benefício. É possível comprometer até 45% da renda mensal -35% com o empréstimo pessoal, 5% com o cartão de crédito e 5% com o cartão de benefício- e pagar as parcelas em até 84 meses (sete anos).

"Estamos vivendo o pior spread da história do consignado do **INSS**. Muitos dos nossos associados já estão sendo obrigados a suspender as operações por total inviabilidade econômica frente aos custos incorridos", diz a associação.

Procurado, o Ministério da **Previdência Social** defendeu a competência do conselho e destacou os impactos positivos das decisões sobre as taxas.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Desde que assumiu a pasta, em janeiro de 2023, o ministro Carlos Lupi tem mexido nos juros todas as vezes que a Selic, taxa básica da economia, cai. Bancos chegaram a suspender a oferta do crédito.

"Isso tem provocado um efeito positivo na tomada do crédito inicial mais barato e de modo mais significativo na portabilidade e no refinanciamento dos contratos, com condições mais vantajosas que as vigentes anteriormente", diz nota.

A advogada Tonia Galetti, coordenadora jurídica do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas) e integrante do CNPS, afirma que o controle dos juros é essencial para proteger os aposentados.

Segundo ela, o crédito consignado deve ser tratado como política pública, já que atende uma população vulnerável.

"Isso é especialmente importante porque estamos falando de uma população muito empobrecida. A média de benefícios pagos aos aposentados no Brasil não chega a R\$ 2.000. Muitas vezes, o crédito consignado é a única alternativa que essas pessoas têm para suprir necessidades básicas do dia a dia."

O CNPS é formado por representantes de governo, trabalhadores, aposentados e empresários. Segundo Galletti, o conselho discorda da metodologia proposta pela ABBC, pois a métrica apresentada pelos bancos não é tão transparente ou precisa

"Os bancos não aceitam nosso modelo e decidiram partir para o embate judicial, mas seguimos com respaldo legal e normativo. É uma prática consolidada há anos", afirmou.

A Previdência diz ainda acreditar que "será respeitada a lei que atribuiu ao MPS, **INSS** e ao CNPS a competência para debater e deliberar sobre a regulamentação das regras de operações de crédito consignado".

"As instituições financeiras que têm interesse em operar o crédito consignado aderem a esse processo se entendem que as condições estabelecidas lhe são vantajosas", diz o órgão.

O ponto central da disputa está no artigo 6º, inciso 6 da lei 10.820/2003, que permite ao **INSS** regulamentar aspectos operacionais do crédito consignado, como prazos e limites de descontos em folha. Em resumo, todas as regras referentes ao crédito são debatidas e definidas pelo conselho.

A ABBC argumenta, no entanto, que a legislação foi interpretada de forma incorreta, dando ao **INSS** um poder que não possui.

"Várias deliberações foram tomadas com apoio unânime, inclusive do representante do sistema financeiro", afirma a Previdência.

Os bancos dizem que o modelo atual compromete a viabilidade do consignado. Enquanto os custos de captação no mercado financeiro subiram para 14% ao ano, o teto de juros foi reduzido para 1,66% ao mês.

"Esse cenário decorre da dificuldade que pessoas negativadas enfrentam para acessar linhas tradicionais de crédito, como empréstimos pessoais ou cartões de crédito. Estes, sem acesso a alternativas de crédito, terão de recorrer a modalidades mais caras (ou até mesmo a agiotas) ou não conseguirão recursos para demandas básicas, como alimentação e medicamentos", afirmam na ação.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

A associação critica ainda o uso da Selic como referência para o cálculo dos juros, alegando que a taxa não reflete os custos de captação de longo prazo, comuns em operações de até sete anos.

Segundo a ABBC, o CNPS reduz rapidamente o teto quando a Selic cai, mas demora a ajustá-lo em altas da taxa básica, como as que vêm ocorrendo.

A entidade pede ainda que sejam declarados inconstitucionais os atos do **INSS** e do CNPS que fixaram os tetos de juros. Além disso, solicita que o Supremo reafirme a competência do CMN para estabelecer esses limites e conceda prazo para que o órgão defina novas condições para o consignado.

A Previdência, por sua vez, acredita que o STF respeitará a lei. "As instituições financeiras que têm interesse em operar o crédito consignado aderem se entendem que as condições são vantajosas."

Atualmente, 70 instituições financeiras estão conveniadas na Previdência para operar o empréstimo consignado, 41 para operar o cartão de crédito e 24 para o cartão de benefício.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/bancos-vao-ao-stf-contra-juros-do-consignado-do-inss-entenda-a-polemica.shtml>

INSS: idade mínima e pontos para se aposentar sobem em 2025. Calculadora mostra opções

Cássia Almeida

Faltando menos de um mês para o fim do ano, quem tem planos para se aposentar em 2025 precisa ficar atento. A idade mínima para a aposentadoria pelo **INSS** sobe no ano que vem, assim como o sistema de pontos, que combina tempo de contribuição com idade. A Reforma da Previdência de 2019 previu regras de transição que ficam mais rígidas a cada virada de ano. Calculadora do GLOBO permite checar qual é a melhor opção para se aposentar para quem começou a trabalhar antes de 2019, confira:

A Reforma da **Previdência Social**, aprovada há cinco anos, instituiu regras de transição para quem já estava trabalhando antes de 13 de novembro de 2019, quando foi promulgada a mudança no sistema de aposentadoria brasileiro. As alterações valerem tanto para o mercado formal do setor privado quanto para o serviço público federal. A cada ano, essas regras vão se tornando mais restritivas.

A calculadora do GLOBO mostra, para cada trabalhador, de acordo com o ano em que começou a trabalhar (ou seja, seu tempo de contribuição), sua idade atual e gênero, as regras mais vantajosas para se aposentar.

Cada trabalhador pode checar qual é a melhor opção no seu caso. Em alguns casos, são até quatro regras possíveis de transição.

O resultado mostra o tempo que falta para se aposentar e qual será o percentual do benefício em cada uma das modalidades possíveis de aposentadoria. E sinaliza qual das regras vai proporcionar um ganho maior e qual vai permitir que o trabalhador se aposente em menos tempo com o maior valor de aposentadoria.

Clicando em cada uma das respostas, o trabalhador pode entender melhor as regras e saber quanto receberia e em quanto tempo se aposentaria caso a caso.

O **INSS** também ofereceu ao trabalhador uma simulação de aposentadoria. Basta estar logado no

gov.br e clicar na opção Simular Aposentadoria. Mas a ferramenta do **INSS** mostra as exigências e quanto tempo falta para se aposentar pelas regras atuais, ou seja, pelos parâmetros de idade mínima e sistema de pontos previstos para o atual momento.

Ou seja, ao consultar o simulador do **INSS** em 2024, o trabalhador consegue ver qual idade e quanto tempo de contribuição ele precisaria ter em 2024 para se aposentar em 2024. No ano que vem, esse simulador será atualizado para as regras de 2025 e assim por diante. É uma simulação do momento presente.

A ferramenta do GLOBO projeta as exigências para o futuro, já que a Reforma da Previdência criou uma escadinha, com parâmetros cada vez mais rígidos nas regras de transição a cada ano. Ou seja, a calculadora do GLOBO mostra quanto tempo falta, de fato, de contribuição e idade para o trabalhador se aposentar considerando que, em 2025, as regras serão mais rígidas, em 2026, a exigência seria ainda maior e, assim por diante.

A ferramenta faz um cálculo efetivo, já considerando as regras no futuro, e mostra com precisão quando será possível pedir a aposentadoria e em que condições.

A calculadora do GLOBO também mostra as regras para os **servidores públicos** e para os professores, que são diferentes das aplicadas aos demais trabalhadores.

A Reforma da Previdência criou novos requisitos para se aposentar, que são idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens. E, ainda, tempo de contribuição de 30 anos para elas e 35 anos para eles.

Mas, para quem já estava no mercado de trabalho quando a Reforma da Previdência foi aprovada, há cinco anos, foram criadas quatro regras de transição. E em duas delas - o sistema de pontos e a idade mínima progressiva -, as exigências ficam mais rígidas em 2025.

A regra do sistema de pontos funciona assim: cada ano de recolhimento ao **INSS** corresponde a um ponto,

enquanto cada ano a mais de idade vale outro. Portanto, a cada ano, o contribuinte soma dois pontos: um pela idade e outro pelo tempo de contribuição. A soma da idade e do tempo de contribuição tem que ser igual à da tabela, para o trabalhador poder requerer a aposentadoria.

Quando a tabela começou, em 2019, o mínimo era de 86 pontos para as mulheres e de 96 para os homens. Esses patamares avançam anualmente. Em 2025, serão de 92 pontos para as mulheres e 101 pontos para os homens.

Em 2028, a pontuação alcançará o limite de 105 pontos para os homens, sem novos aumentos. Cinco anos depois, em 2033, é a vez das mulheres, no limite de 100 pontos.

Na calculadora do GLOBO, basta inserir a sua idade e o seu tempo de contribuição para saber quanto tempo falta para você se aposentar por essa regra e pelas demais.

Outra regra da aposentadoria que passa por alterações em 2025 é a da idade mínima progressiva, que sobe seis meses a cada ano.

No ano que vem, a idade mínima para as mulheres se aposentarem sobe para 59. No caso dos homens, vai a 64.

E, a cada virada de ano, a exigência aumenta, até chegar aos 62 anos para as mulheres em 2031 e os 65 anos para os homens em 2027 - quando então ambos cumprirão a mesma regra válida para os brasileiros que começaram a trabalhar após a promulgação da reforma.

Lembrando que, além da idade necessária, é preciso cumprir um tempo mínimo de contribuição, de 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. Na calculadora do GLOBO, é possível fazer essa simulação.

Para quem tem mais de 60 anos (homens) ou 57 anos (mulheres), outra regra possível para a aposentadoria é a do pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição - ou seja, tem que cumprir o dobro desse período em relação ao que teria que trabalhar antes da reforma. São 35 anos de tempo de contribuição para homens e 30 para mulheres.

A última regra é a de aposentadoria por idade, que exige porém um mínimo de 15 anos de contribuição, mas que costuma ser mais vantajosa para quem não conseguiu se manter no mercado de trabalho contribuindo regularmente ao **INSS** de forma contínua. Para isso, a mulher precisa ter 62 anos e o homem, 65

anos.

O valor da aposentadoria pelo **INSS** será sempre limitada ao teto do setor privado, atualmente em R\$ 7.786,02.

O cálculo começa com 60% do valor a que o trabalhador teria direito, de acordo com o salário que contribuiu durante seu tempo de trabalho, aos 20 anos de contribuição, para os homens e 15 anos para a mulher. Depois vai subindo dois pontos percentuais a cada ano a mais de contribuição até alcançar 100%. E isso vale para todas as regras de transição do setor privado.

A melhor regra de transição para se aposentar varia caso a caso. Por exemplo, em 2024, um homem de 55 anos que começou a trabalhar com carteira assinada aos 18 anos se encaixa nas quatro regras de transição previstas na reforma. A calculadora do GLOBO indica que ele já pode se aposentar, caso opte pelo pedágio de 100%, recebendo o total do benefício limitado ao teto do **INSS**, que atualmente está em R\$ 7.786,02.

Uma mulher de 45 anos que tenha começado a trabalhar aos 23 anos pode optar por quatro das regras de transição. A calculadora do GLOBO mostra que, neste caso, a melhor regra, tanto considerando o valor do benefício como o tempo que é preciso esperar até a aposentadoria, é no pedágio de 100%, o que exige o dobro do tempo de contribuição que seria necessário antes da reforma. Dessa maneira, poderá se aposentar em 16 anos, em 2040.

A Reforma da Previdência alcançou os funcionários públicos. Nesse caso, há duas regras de transição: uma pelo sistema de pontos e outra pelo pedágio de 100%. A calculadora do GLOBO também faz simulações sobre tempo da aposentadoria para os servidores. Nesse caso, se uma servidora de 35 anos, que começou a trabalhar em 2008 e entrou para o serviço público em 2010, poderá se aposentar com a totalidade do benefício a que tem direito em 2049, aos 60 anos.

A calculadora também mostra como fica a situação dos professores tanto na rede privada quanto na pública. Uma professora de 45 anos, que começou a trabalhar aos 24 anos em sala de aula em escola privada vai conseguir se aposentar em 2036, aos 58 anos, ganhando 96% do benefício a que tem direito. Precitaria trabalhar por mais dois anos para conseguir a aposentadoria integral pela regra de idade e contribuição.

Se for um professor da rede pública, também com 45 anos e começando a dar aulas na rede pública aos 24 anos, vai se aposentar com o benefício integral em

2041, aos 62 anos. E como ele começou a trabalhar antes em 2003, terá direito ao último salário e aos reajustes que os professores na ativa tiverem.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/09/inss-idade-minima-e-pontos-para-se-aposentar-sobem-em-2025-calculadora-mostra-opcoes.ghtml>

Pacote de corte de gasto é insuficiente para cumprir meta de resultado zero em 2025, dizem analistas

O pacote de contenção de gastos anunciado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva pode ser insuficiente para garantir o cumprimento da meta de resultado primário zero em 2025, avaliam especialistas em contas públicas. Ainda que esse não fosse o objetivo principal do pacote, focado em adequar as despesas ao limite do arcabouço fiscal, era um efeito colateral desejável por analistas, sobretudo considerando o propósito final de colocar as contas no azul e estabilizar a dívida pública. No próximo ano, o governo prevê economizar R\$ 30,6 bilhões com as medidas.

Essa frustração, junto com temores gerados pela proposta de aumento da isenção do Imposto de Renda (IR), vem contribuindo para manter o dólar ao redor do recorde histórico de R\$ 6. Para economistas, o pacote avança com alguns ajustes estruturais nas despesas obrigatórias, mas, sem reforço das medidas no Congresso, o governo deve continuar dependente de receitas extras e incertas e do congelamento de recursos para fechar as contas em 2025.

Assim como neste ano, a meta fiscal de 2025 é zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) - entre déficit de R\$ 30,97 bilhões e superávit de R\$ 30,97 bilhões. No Prisma Fiscal de novembro, a mediana aponta para rombo de R\$ 89,6 bilhões - a pesquisa é feita pelo Ministério da Fazenda junto ao mercado. No Boletim Focus, do Banco Central, a estimativa de déficit não se mexeu após a apresentação das medidas, mantendo-se em 0,7% pela sexta semana consecutiva.

Pente-fino é dúvida

Algumas medidas não devem abrir de fato espaço no Orçamento. É o caso da regra que determina que 50% das emendas de comissão devem ir para a Saúde. O Executivo conta que a iniciativa deve economizar R\$ 6,7 bilhões, mas economistas argumentam que as verbas parlamentares não diminuirão, só foi definido um destino certo para parte do montante, referendando o que ocorre na prática.

Há dúvidas sobre o sucesso das medidas de pente-fino em poupar recursos. Neste ano, inicialmente o governo previa poupar R\$ 10 bilhões com a revisão de

cadastros no **INSS**. Essa projeção caiu para R\$ 5,5 bilhões em novembro.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já disse que o pacote atende o que "a área econômica pretende atingir de resultados fiscais nos próximos anos", mas deixou em aberto a possibilidade de "voltar à planilha" no futuro para buscar soluções se necessário. Ao apresentar o pacote, lembrou ainda que o mercado errou as projeções fiscais de 2024, cujos resultados devem ficar dentro dos objetivos.

Nos cálculos do economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, o ajuste necessário para cumprir o piso da meta zero, em 2025, é de R\$ 46,9 bilhões. Destes, ele avalia que o pacote contribuiria com R\$ 23 bilhões. O economista diz que os problemas não param por aí, uma vez que o "déficit real" seria de R\$ 75,1 bilhões, considerando o pagamento de R\$ 44,1 bilhões em precatórios (dívidas judiciais de entes públicos para as quais não cabe mais recurso) que serão descontados para fins da avaliação de cumprimento da meta. Mas é esse valor que conta para a dívida pública.

O economista João Leme, da Tendências Consultoria, tem diagnóstico parecido. Já contando com o efeito do pacote, a previsão deficitária para 2025 é de 0,30% do **PIB**, fora da meta, que prevê rombo de até 0,25% do **PIB**.

Leme diz que o pacote tem medidas estruturais importantes, como a adequação da regra de reajuste do salário mínimo ao arcabouço (que varia de 0,6% a 2,5% acima da **inflação**) e a mudança nos critérios de acesso ao abono salarial, mas que elas são insuficientes. As medidas para militares e a mudança de indexação do Fundo Constitucional do Distrito Federal são positivas, mas geram economia pequena.

- Ainda que o pacote seja bem-vindo, vai precisar ser complementado por outras medidas. É um importante passo, mas não suficiente. Só essas medidas não são capazes, sem mais nada, de entregar a meta em 2025 - disse, citando que será preciso contingenciar recursos.

Para o economista, o pacote ajuda a manter o arcabouço de pé até 2026, mas sem entregar o objetivo principal de estabilizar a dívida pública:

- O arcabouço do jeito que está não parece conseguir entregar o que se esperava dele: a contenção de parte de despesas, e assim a contenção da trajetória da dívida.

Já o economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, avalia que o espaço que deve ser aberto nas despesas obrigatórias em virtude do pacote deve contribuir para dar mais flexibilidade na execução do Orçamento de 2025, possibilitando congelamento de recursos com menor custo político.

Contingenciamento

Dentre as medidas previstas no pacote, há, inclusive, dispositivo que possibilita que o contingenciamento mire o centro da meta. Hoje, a equipe econômica argumenta que o dever de execução do Orçamento só permite congelar recursos até o limite inferior.

Sbardelotto projeta déficit primário de R\$ 47,5 bilhões em 2025, considerando cerca de R\$ 50 bilhões em receitas extras e impulso na arrecadação graças à atividade, à **inflação** e ao dólar altos. Para alcançar o limite inferior da meta, faltariam R\$ 16,5 bilhões, que, segundo ele, poderiam ser preenchidos com medidas de receitas adicionais ou atingidos com contingenciamento. Ele calcula que deve ser possível poupar R\$ 17,6 bilhões com as medidas de contenção de despesas propostas:

- Será possível fazer congelamento sem grandes restrições. O contingenciamento não pode ser feito ad infinitum. Há limite mínimo de despesas discricionárias (para bancar a máquina pública). O pacote vai acabar ajudando no cumprimento da meta de 2025.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/09/pacote-de-corte-de-gasto-e-insuficiente-para-cumprir-meta-de-resultado-zero-em-2025-dizem-analistas.ghtml>

Pobreza é realidade para 14,2% dos trabalhadores

Lucianne Carneiro Do Rio

Pela primeira vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calculou dados sobre a pobreza de acordo com a situação das pessoas no mercado de trabalho, em sua Síntese de Indicadores Sociais referentes a 2023. A medida é uma das referências para o acompanhamento do primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que é a erradicação da pobreza.

A pesquisa do IBGE mostra que, mesmo entre os trabalhadores ocupados, há uma parcela de 14,2% abaixo da linha de pobreza, ou seja, que vive com renda per capita menor que US\$ 6,85 por dia (por Paridade de Poder de Compra, ou PPC) ou R\$ 665 por mês. Na população como um todo, essa fatia é maior, de 27,4%, porque inclui também desempregados, por exemplo. A extrema pobreza, por sua vez, é uma realidade menos frequente, de apenas 0,8% dos trabalhadores ocupados, ante 4,4% na média da população.

Em números absolutos, eram 14,336 milhões de pessoas que trabalhavam em 2023 e ainda assim tinham renda per capita abaixo da linha de pobreza do Banco Mundial usada como referência pelo IBGE. O número de trabalhadores ocupados e extremamente pobres, por sua vez, é de 783 mil pessoas. Uma das razões para a pobreza do trabalhador, apontam especialistas, é a maior vulnerabilidade dos postos de trabalho desse grupo.

"Mesmo ocupado, esse trabalhador não consegue renda suficiente para se manter. A renda não é suficientemente elevada para que consiga sair da situação de pobreza", explica André Simões, um dos analistas do IBGE responsáveis pelo trabalho. "Isso reflete um mercado de trabalho que não é homogêneo: há atividades com maior produtividade e ganhos e outras com mais precariedade".

Na avaliação do economista e associado sênior da Tendências Consultoria Lucas Assis, a pobreza do trabalhador é um indicador essencial para avaliar a qualidade e o acesso ao mercado de trabalho, e também a eficácia do rendimento do trabalho em garantir condições mínimas de subsistência: "Os números revelam que, embora a maioria dos

trabalhadores esteja fora da extrema pobreza, uma parcela significativa enfrenta dificuldades econômicas."

O conceito de "working poor" tem sido foco de estudos internacionais, especialmente da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em suas análises, a organização aponta como o emprego "não é garantia de condições decentes de vida", apesar de ser um instrumento para retirar pessoas da pobreza. "Isso só é verdade se a qualidade do emprego é suficiente, com ganhos adequados e condições de trabalho seguras. A relação entre emprego e pobreza depende, em grande parte, de quanto o trabalho decente é assegurado no mercado de trabalho", escreveu a OIT.

Em 2023, 6,9% dos trabalhadores ocupados no mundo estavam abaixo da linha de pobreza, segundo a OIT. Esse critério, no entanto, inclui os trabalhadores com renda abaixo de US\$ 1,90 por dia - e não a linha de US\$ 6,85 por dia usada pelo IBGE. Por isso, o indicador da OIT se aproxima de uma extrema pobreza entre trabalhadores.

A pesquisa mostra que a pobreza entre os trabalhadores caiu em 2023, ao lado de outros indicadores na área. Trabalhadores pobres eram 17,9% dos ocupados no mercado em 2022. A fatia recuou para 14,2% em 2023, a menor da série histórica iniciada em 2012.

A queda da pobreza entre trabalhadores é classificada como significativa pelo analista do IBGE André Simões, que atribui o movimento ao mercado de trabalho: "O ano de 2023 teve mais gente absorvida pelo mercado e também aumento da renda do trabalhador".

O rendimento médio real habitual da população ocupada no trabalho principal subiu de R\$ 2.700 por mês em 2022 para R\$ 2.890 em 2023, alta de 7,1%.

Em sua análise, o IBGE afirma que "o acesso à renda do trabalho é condição importante para garantir que os níveis de pobreza e extrema pobreza das pessoas ocupadas sejam menores que os de desocupados e das pessoas fora da força de trabalho". A taxa de pobreza é de 14,2% entre ocupados, 54,9% entre desempregados e 33% entre aqueles fora da força de trabalho.

O economista Lucas Assis reconhece os avanços na redução da pobreza entre os trabalhadores em 2023, mas destaca que a situação ainda persiste, especialmente em grupos específicos, como pessoas com baixa escolaridade e pessoas pretas ou pardas. As tradicionais marcas regionais de desigualdade também aparecem na taxa de pobreza do trabalhador.

"Esses dados apontam que, apesar de progressos, a superação da pobreza requer atenção específica a essas categorias, dado que não houve eliminação completa das desigualdades", diz ele, ao defender políticas públicas direcionadas a grupos mais vulneráveis.

Por escolaridade, o maior nível de pobreza entre trabalhadores ocupados está no grupo dos sem instrução ou até o ensino fundamental incompleto (27%) e menor entre aqueles que com ensino superior completo (2,1 %). A pobreza também é maior entre aqueles sem carteira de trabalho assinada (23,4%) e que trabalham por conta própria (18,8%), ante funcionários públicos e militares (3%) e quem tem carteira assinada (9,1 %).

Por cor ou raça, a parcela de trabalhadores pobres de cor preta ou parda é de 19,1%, ante 8,2% daqueles de cor branca. Por gênero, no entanto, o perfil é diferente do que geralmente ocorre: a pobreza é maior entre trabalhadores homens (15,4%) que entre trabalhadoras mulheres (12,8%).

Por grupo de atividade, a agropecuária é aquela com maior percentual de trabalhadores pobres (33,1%) - mais que o dobro dos 14,2% da média - seguida por serviços domésticos (25,3%) e construção (21,1%). Por outro lado, o setor de administração pública, saúde e serviços sociais é aquele com o menor índice (6%).

O Nordeste é a região com maior incidência de pobreza entre os trabalhadores ocupados. Quase 30% (29,6%) de quem ocupa alguma vaga de trabalho na região vive em domicílios em que renda per capita está abaixo da linha da pobreza. Na outra ponta, o menor percentual é no Sul, com 6,6%.

"Mesmo ocupado, esse trabalhador não consegue renda suficiente para se manter." André Simões

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188063?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188063?page=1§ion=1)**

Transferência em massa de eleitores indica fraude eleitoral

(Ranier Bragon, Demétrio Vecchioli e Camila Mattoso/Folhapress)

As eleições de 2024 abrigaram a suspeita de uma fraude envolvendo pequenos e médios municípios de vários Estados em possível esquema até agora pouco visível na lista dos malfeitos eleitorais: a compra de votos em massa por meio da transferência coletiva e ilegal de títulos de eleitores entre cidades.

A reportagem mapeou na Justiça Eleitoral e na Polícia Federal, nos últimos meses, prisões, operações e investigações por todo o país em decorrência de transferências em bloco de domicílio eleitoral, o que em algumas cidades pode ter sido determinante para a eleição fraudulenta de prefeitos e vereadores.

Dados colhidos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que 82 municípios, a maioria com menos de 10 mil habitantes, varam seu eleitorado crescer entre 20% e 46% só com a transferência de títulos. Com isso, 58 dessas cidades vivem a inusitada situação de terem mais eleitores que moradores. Considerando os municípios com aumento de 15% dos eleitores, o número vai a 229.

Um caso exemplar ocorreu em Fernão, a 400 km de São Paulo. A cidade tem 1.656 moradores, incluindo crianças e adolescentes. O eleitorado, porém, é maior do que toda a população -1.754 -, graças a um incremento de 17% só com transferência de títulos.

O candidato Bill, do PL, foi eleito prefeito com diferença de apenas um voto em relação ao atual chefe do Executivo, Zé Fodra (PSD) - 522 votos a 521. Bill, ou Eber Rogério Assis, é alvo do Ministério Público, acusado de ter patrocinado de forma fraudulenta a transferência de mais de 60 eleitores.

A Promotoria Eleitoral entrou com ação para impedir sua posse e, em 22 de outubro, a diplomação foi suspensa. A liminar foi cassada dias depois pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de SP que alegou direito à ampla defesa. A defesa de Bill não se manifestou. Nas redes sociais, ele diz ser injustiçado.

EM MINAS GERAIS.

Outro caso ocorreu em Divino das Laranjeiras, município do Leste de Minas Gerais. A cidade tem

4.178 habitantes, de acordo com o Censo de 2022, tendo encolhido 15,4% em relação ao levantamento anterior. No caso do eleitorado oficial, porém, ocorreu o inverso: cresceu 15,6%, ou 4.968 pessoas.

O TRE informou que há processos em segredo de Justiça sobre aliciamento de eleitores para a cidade. A três dias da eleição, o Ministério Público ingressou com um pedido de anulação da transferência de 38 eleitores.

Na manhã seguinte, 4 de outubro, a Polícia Federal deflagrou a operação Sufrágio, afirmando que o esquema envolveu a transferência de cerca de mil títulos. No mesmo dia, a Justiça cancelou o registro de apenas três eleitoras que confessaram a fraude.

-

Investigação Goiás tem mais cidades sob suspeita

O Estado com o maior número de cidades que elevaram em mais de 20% o número de pessoas aptas a votar por meio da transferência de eleitores é Goiás, no Centro-Oeste. Foram 19, entre elas Guari-nos, a campeã em crescimento (46%), e Davinópolis, onde o eleitorado oficial (4.405) é mais do que o dobro do que toda a população contada pelo IBGE.

O TRE de Goiás disse, em nota, que há investigações da Polícia Civil em Aragoiânia e da Polícia Federal em Santo Antônio do Descoberto. Houve ainda pedido de revisão do eleitorado em alguns municípios, mas eles foram negados por falta de indícios de irregularidade.

O órgão afirmou também que o procedimento baseado em distorções de natureza estatística é de competência exclusiva do TSE, que foi procurado pela reportagem, mas não se manifestou até o fechamento desta edição.

Eleitores em vários Estados foram presos em flagrante tentando transferir o título com documentação falsa.

Confira a suspeita sobre o esquema

Qual é a suspeita. Justiça e Polícia Federal investigam transferências em bloco de domicílio eleitoral de cidades pequenas e médias.

Como seria a fraude Para transferir o local de votação, o eleitor precisa comprovar vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional ou comunitário com a nova cidade. Segundo as investigações, há indícios de uso de contas de luz, água e esgoto como comprovantes de residência falsos emitidos por **servidores públicos**.

Punição para eleitores. Podem ser enquadrados nos artigos 289 e 290 do Código Eleitoral, com penas de 2 a 5 anos de prisão mais multa.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Parecer da reforma será apresentado nesta 2^o feira

Caetano Tonet e Jéssica Sant'Ana De Brasília

O relator do principal projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresenta seu parecer nesta segunda-feira (9), com uma série de mudanças em relação ao texto vindo da Câmara. Ele deve acatar sugestões apresentadas pelo grupo de trabalho (GT) da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, entre elas uma redução na alíquota para motoristas e entregadores de aplicativo. Porém, ainda assim, o projeto deve receber alguns votos contrários na Casa, principalmente da oposição, diante da preocupação de alguns senadores com o impacto da reforma da renda.

Braga protocolará seu parecer às 9 horas desta segunda. A leitura na Comissão de Constituição e justiça (CCJ) acontecerá às 16h, numa sessão extraordinária. Depois, será concedida vista (tempo para análise) de 48 horas. A votação está prevista para quarta-feira (11). Uma vez aprovado na CCJ, o projeto segue direto para Plenário. Depois, retoma para nova análise da Câmara, a quem cabe a palavra final.

Em entrevista ao Valor, o senador Izalci Lucas (PL-DF), que coordenou o GT da CAE, detalhou algumas mudanças sugeridas ao relator que acredita que serão acatadas. Na sessão da CCJ em que foi alinhada a tramitação, tanto Braga quanto o presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (União-AP), declararam que a maior parte das sugestões foi acatada.

Um dos pontos defendidos no parecer do GT da CAE que Braga deve acatar é o que prevê uma redução em 75% da base de cálculo da Contribuição e cio Imposto sobre Bens e Serviços (CBS e IBS, respectivamente) para entregadores e motoristas de aplicativo e redução do prazo para ressarcimento de créditos para até 30 dias. "Isso é óbvio que ele tem que aceitar. Eles estavam tributando [os motoristas e entregadores em] 100% e [com a mudança] só tributa em cima de 25%", pontuou.

O senador explicou que esses trabalhadores podem estar enquadrados como MEIs (Microempreendedor Individual) ou na categoria de "nano-MEI", o que garante uma tributação reduzida. O limite de faturamento de um MEI é de R\$ 81 mil por ano,

enquanto do "nano-MEI" é a metade, R\$ 40,5 mil.

Izalci afirmou que o relator também incluiu no parecer mais de 100 novos medicamentos que terão alíquota reduzida em 60% na tributação. "Eu sugeri que eles colocassem o rol das linhas de cuidado, como câncer e diabetes. Mas eles preferiram colocar a relação. Me disseram que ele [Braga] incluiu mais 103 medicamentos. Tinham vários medicamentos que tinham o mesmo efeito e não estavam dentro", afirmou.

O senador defende que o benefício tributário se estenda também aos fármacos destinados ao programa Farmácia Popular, mas não recebeu nenhuma sinalização de que isso estará no texto.

Além disso, segundo Izalci, Braga irá incluir no parecer um aumento no valor dos veículos destinados a pessoas com deficiência que serão isentos, passando de R\$ 70 mil para R\$ 200 mil. Esse foi um dos pontos polêmicos do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. Segundo Izalci, já há consenso para mudança.

No parecer da CAE, os senadores sugeriram a ampliação da redução das alíquotas da CBS e do IBS para operações com bens imóveis: de 60% para 80% para locação, cessão onerosa e arrendamento; e de 40% para 60% para operações em geral, atendendo um pedido do setor de construção civil.

Segundo Izalci, o relator deve colocar um meio termo no parecer de 70% para locação e 50% para as demais operações. Esse, segundo apurou o Valor, foi um dos pontos negociados até a última semana, porque o Ministério da Fazenda alegava que não haveria aumento de custo com as alíquotas aprovadas na Câmara, enquanto o setor negava.

Outra mudança sugerida pela CAE que, segundo Izalci, o relator deve acatar é a inclusão dos serviços de telecomunicações entre aqueles que concedem cashback, um sistema de devolução de imposto pago a famílias carentes. O texto vai prever a devolução de 100% cia CBS, o tributo de competência federal, e no mínimo 20% do IBS, imposto dos Estados e municípios. São os mesmos percentuais já previstos para as contas de luz, água, esgoto e gás encanado.

"É uma coisa tão óbvia, porque ninguém vai conseguir fazer nada sem o celular, sem a internet Então, quem ganha até meio salário [mínimo] deve ter cashback. Assim como água, luz e telefone", declarou o senador.

Para Izalci, o governo deve conseguir avançar com a regulamentação da **reforma tributária**, mas deve enfrentar resistências de parlamentares insatisfeitos com a condução do processo. "Eu, mesmo que acatem tudo que eu sugeri, não sei se vou votar a favor", disse.

Ele explica que o governo não cumpriu pontos previstos na proposta de emenda à Constituição (PEC) do novo regime tributário, como o envio de um projeto de desoneração da folha de pagamentos em até 90 dias após a aprovação da matéria como forma de aliviar o setor de serviços.

Também falta o envio da reforma da renda de forma completa, para que os senadores conheçam o impacto global das mudanças propostas, disse Izalci.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188063?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188063?page=1§ion=1)**

Ausência de justiça fiscal do Imposto Seletivo impacta bebidas alcoólicas no Brasil

Apresentado por

*Este conteúdo é um informe publicitário.

O governo federal afirma que a **reforma tributária** será determinante para impulsionar o crescimento econômico do Brasil. Com o texto, busca-se eficiência, simplificação e justiça tributária para o mercado brasileiro. De acordo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, há o compromisso da Casa em votar parte da regulamentação da medida, por meio do Projeto de Lei 68/2024, antes do recesso de fim de ano.

Na prática, a proposta em discussão regulamenta o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e prevê outras modificações no sistema tributário. Apesar das intenções de simplificação, a reforma tem gerado controvérsias. Por meio do Imposto Seletivo, busca-se onerar produtos considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Dentre os bens que estarão sujeitos ao novo imposto, o PLP 68/24 incluiu as bebidas alcoólicas.

Partindo do pressuposto de que a quantidade de álcool puro será um dos elementos considerado para cobrança do imposto, o PLP 68/24 propõe uma tributação com sistema híbrido, com alíquotas a serem definidas em futura lei ordinária. O PLP 68/24 em debate estabelece os critérios para a definição das alíquotas das bebidas alcoólicas, sendo um sistema híbrido: O primeiro é um percentual sobre o valor do produto e o segundo em valor fixo por quantidade de álcool puro contido em cada recipiente no qual a bebida é vendida, explica José Eduardo Cidade, presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD).

O problema, de acordo com o executivo, é que esta lógica presente no texto original do PLP 68/2024 foi alterado com a inclusão do parágrafo 4º no art. 419, o qual estabelece a possibilidade da alíquota ad valorem ser crescente na proporção do teor alcoólico da bebida, o que já está gravado pelo sistema do valor fixo por quantidade de álcool na bebida. Essa alteração acaba por beneficiar a cerveja.

O segmento de destilados destaca a injustiça fiscal protagonizada pela inserção do citado parágrafo 4º e

estão trabalhando - neste momento no Senado - forte campanha institucional em favor do retorno do texto original que contempla efetivamente Justiça Fiscal. "É necessário que seja alterado o PLP 68/24 para que, retomando a sua redação original, seja estabelecida a uniformidade obrigatória da alíquota ad valorem (percentual único sobre o preço da bebida) do IS para todas as bebidas alcoólicas; e se aplique a alíquota ad rem (valor fixo por quantidade de álcool puro contido no recipiente), cuja base de cálculo variará proporcionalmente conforme o produto do teor alcoólico pelo volume do recipiente", contextualiza Cidade.

"Este é o raciocínio correto, enfatiza Eduardo Cidade. "O tributo deve observar princípios da justiça fiscal e proporcionalidade, consagrados na Constituição", ressalta. Contudo, ele informa que a função do Imposto Seletivo, no caso das bebidas alcoólicas, é disciplinar o consumo das mesmas. "Para que a intenção dos legisladores tenha o efeito planejado, o objetivo não pode ser desviado, especialmente ao sabor dos interesses de um poderoso oligopólio de empresas, fabricantes também de bebidas alcoólicas", complementa, fazendo alusão à indústria da cerveja.

Dessa forma, Cidade defende ser imprescindível as bebidas alcoólicas terem a mesma alíquota de tributação sobre o valor do produto, concordando com o valor fixo para cada unidade de etanol contida em cada produto, independentemente de bebida." Quando falamos em bebidas alcoólicas, há sim competição entre destilados, vinho e cerveja; e parte da decisão do consumidor leva em conta o preço de cada produto, que evidentemente carrega o imposto embutido", favorecendo enormemente a cerveja por conta da inclusão do parágrafo 4º aponta.

E, em segundo lugar, Eduardo Cidade destaca o efeito educativo da tributação no sentido de evitar excessos de consumo, que será ignorado no caso específico da cerveja se a alteração do parágrafo 4º do artigo 419 não for revertida.

Na prática, a alteração realizada na Câmara dos Deputados, fará com que a diferença tributária dos destilados em relação a cerveja passe para nada menos do que 63 vezes, o que é algo incabível, desrespeitando os princípios de justiça tributária, além de incentivar, na verdade, o perigoso mercado de

bebidas ilegais", diz.

Reitera que a manutenção do Parágrafo 4º do artigo 419 da **reforma tributária**, para o segmento, inviabiliza os efeitos positivos da simplificação - base inspiradora para o atual esforço do legislativo e executivo - chamando também a atenção para o fato de que um prato cheio para a contravenção, onde se inclui falsificação de produtos, gerando aí sim riscos elevadíssimos para a saúde dos brasileiros.

Entendo que a sociedade brasileira pode ter uma excelente oportunidade de melhoria das relações econômicas através de uma **reforma tributária** bem feita. Entretanto, para que a iniciativa em questão tenha efetivo sucesso, é preciso que o texto final do projeto de lei seja coerente", pondera.

Carlos Lima, presidente do Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC), entidade representativa do setor da Cachaça, posiciona-se também a respeito do tema. A entidade apoia a **reforma tributária** e entende a sua necessidade para a sociedade brasileira, entretanto, assim como a ABBB, entende e defende a igualdade tributária no segmento de bebidas alcoólicas.

De acordo com o executivo, o Imposto Seletivo deve ser aplicado de forma isonômica e igualitária entre todas as bebidas alcoólicas, independentemente do teor alcoólico. Por isso, defende e apoia a proposta original enviada pelo Poder Executivo para a Câmara dos Deputados. Nesse sentido, ele ainda pontua, como extrema preocupação, as alterações feitas, de última hora, com a inserção do Parágrafo 4º, do artigo 419.

A mudança beneficiará a cerveja, que representa 90% do consumo de bebidas alcoólicas do Brasil, enquanto prejudicará diretamente a cadeia produtiva da cachaça, um produto genuinamente brasileiro e que já enfrenta uma carga tributária desproporcional. Se utilizarmos como referência as já distorcidas alíquotas nominais de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o setor da cachaça paga cerca de quatro vezes mais **impostos** do que a cerveja", indica Carlos.

Esse desequilíbrio, segundo o presidente do IBRAC, representa um desafio significativo para a sobrevivência do setor. Além disso, de acordo com Lima, a proposta não considera a premissa básica de que álcool é álcool. Para isso, torna-se necessário esclarecer que o álcool presente em todas as bebidas alcoólicas é o mesmo.

"Seja qual for a bebida alcoólica, se é destilada ou fermentada, se é servida em copo ou tulipa, o que o corpo humano metaboliza é o etanol. A diferença não está no tipo de bebida alcoólica e, sim, na quantidade

da bebida consumida. Se usarmos como referência uma dose padrão de consumo de 14 gramas de álcool, 350ml de cerveja com teor alcoólico de 5%, 150ml de vinho com teor alcoólico de 12% e 40ml de cachaça ou outro destilado com 40% de teor alcoólico, todos possuem as mesmas 14 gramas de álcool", afirma.

No que diz respeito à alíquota ad valorem, Carlos alerta que a proposta da Câmara prevê que essa alíquota possa ser diferenciada por categoria e, ainda, progressiva em função do teor alcoólico. No entanto, de acordo com o Executivo do Instituto, alíquotas ad valorem não deveriam considerar outros atributos que não o valor dos bens. A consideração de outros atributos, no caso da alteração aprovada (o teor alcoólico), é típica da tributação ad rem.

Para resolver esse cenário, o pleito do setor da cachaça traz à tona um apelo ao Senado Federal para revisar o texto de regulamentação da **reforma tributária**, especialmente no que se refere ao Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas, que prejudicará o destilado típico e tradicional do Brasil.

"Os produtores de cachaça querem um tratamento igualitário para todas as bebidas alcoólicas, garantindo a isonomia tributária no imposto seletivo, ou seja, a mesma alíquota ad valorem e a mesma alíquota específica, ad rem, independentemente do teor alcoólico ou do tipo de bebida alcoólica, afinal: álcool é álcool", ressalta.

O setor também defende, ainda, que, em um cenário que considere o fim dos atuais privilégios existentes para algumas categorias de bebidas alcoólicas, micro e pequenos produtores tenham um ad valorem diferenciado no Imposto Seletivo.

Carlos indica que a cachaça é um patrimônio nacional. O setor gera mais de 600 mil empregos diretos e indiretos, impactando toda uma cadeia produtiva que vai, desde a produção da cana-de-açúcar, contribuindo para manutenção das famílias no campo, passando por cooperativas, indústrias de diferentes portes - majoritariamente micro e pequenos produtores, além de distribuidoras de bebidas, grandes e pequenos atacados e varejos até chegar a bares e restaurantes e, finalmente, ao consumidor. Sendo desta forma a única bebida brasileira, que é verdadeiramente do campo ao copo, utilizado insumos agrícolas, 100% nacional, diz.

Em 2023, segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o setor atingiu o número de 10.526 marcas de cachaças e 1.217 cachaçarias registradas no Brasil. Estamos presentes em quase todos os Estados da nação, com exceção de Amapá e Roraima. Somos a cara do Brasil, celebra o presidente.

Além disso, o produto é um destilado conhecido mundialmente e, em 2023, nossa exportação movimentou um montante de aproximadamente 20 milhões de dólares, chegando a 76 países. No entanto, o volume de cachaça exportado ainda é muito baixo em comparação com outros destilados. Enquanto o Brasil exportou em torno de 8,6 milhões de litros da bebida, o México exportou 399 milhões de litros de tequila para mais de 190 países.

"Com o apoio do Poder Público e a correção das assimetrias tributárias existentes no segmento de bebidas alcoólicas, podemos continuar contribuindo para o crescimento do país, desenvolvendo o setor, aumentando a exportação da cachaça e gerando, dessa forma, mais emprego e renda para o Brasil", reforça Carlos. O presidente avalia que, se nada for feito, além da tributação desigual entre bebidas alcoólicas, a carga tributária aumentará ainda mais. A situação é muito grave, afirma.

Recorte internacional

A advogada Lina Santin, coordenadora do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getulio Vargas (FGV), conta que a realidade de outros países, no que diz respeito ao assunto, traz um panorama para o Brasil. A especialista indica que a Grécia, por exemplo, aumentou 125% a tributação de bebidas destiladas e, como resultado, obteve uma redução de 50% do seu mercado formal e de 6% da arrecadação, além de torná-la o centro de contrabando e falsificação de bebidas na União Europeia.

A Romênia aumentou em 40% a tributação sobre destilados, resultando em 32% de redução do mercado formal e aumento significativo de casos de intoxicação por bebidas adulteradas. Por conta disso, após apenas 3 anos, o governo romeno reduziu a tributação sobre destilados em 30%, conta.

No entanto, para ela, o caso do estado de Illinois, nos Estados Unidos, é mais significativo. Após aumentar a carga tributária de destilados em 2009, observou-se a queda na arrecadação e o aumento sobre o volume total de álcool consumido pela população, que migrou para o consumo de cerveja, informa.

Nesse contexto, a advogada reforça que é essencial os senadores estarem alertas e compreenderem os efeitos perversos da tributação desigual de bebidas alcoólicas. Para garantir que a futura lei ordinária estabeleça alíquotas lineares e atenda a isonomia, é essencial que seja excluído do texto final o parágrafo 4º do artigo 419 do PLP 68/2024 - incluído ao apagar das luzes da votação que ocorreu na Câmara dos Deputados, ressalta.

Lina também pontua que o atual sistema de tributação das bebidas alcoólicas privilegia a cerveja em detrimento dos destilados e vinhos que são altamente onerados, impactando a concorrência do setor e fomentando o mercado ilegal, com consequências sobre a saúde e a segurança da sociedade, bem como sobre a arrecadação potencial e evadida.

"A **reforma tributária** e o novo Imposto Seletivo da EC 132/2024 é uma oportunidade para corrigir estas distorções. O princípio da isonomia (igualdade) estabelece a necessidade de tratamento igualitário e exclui qualquer distinção ou privilégio de classe, a fim de que todos sejam submetidos a idênticos regimes fiscais. A tributação diferenciada das bebidas alcoólicas afronta o princípio da isonomia, pois tributa de forma desigual aqueles que estão em situação equiparada", explica.

A advogada ainda ressalta que o Estado tem o dever de prezar pela livre concorrência, mas, ao tributar diferentemente as bebidas alcoólicas, faz justamente o oposto, favorecendo umas em detrimento de outras. "Partindo da premissa de que é o álcool puro - e não a cevada, a uva, a cana-de-açúcar ou o malte - o elemento que, quando consumido em excesso, pode fazer mal à saúde, deve-se tributar todos igualmente pelo IS", aponta.

Ela ainda reitera que a quantidade de álcool que os consumidores irão ingerir é o que irá causar efeitos na sua saúde e não o tipo ou concentração de álcool. "Por fim, a tributação excessiva dos destilados estimula todo tipo de ilegalidade: sonegação, falsificação e contrabando, o que acaba prejudicando a arrecadação efetiva do setor", alerta.

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/cb-brands/brandedcontent/ibrac-e-abbd/2024/12/7004864-ausencia-de-justica-fiscal-do-imposto-seletivo-impacta-bebidas-alcoolicas-no-brasil.html>

Semana com Copom, IPCA e o tempo correndo contra o ajuste

Mais uma semana econômica intensa. Esta semana sai o IPCA de novembro. O número do IPCA-15 levou a **inflação** no acumulado dos 12 meses a ficar em 4,7%, acima do teto da meta. O índice cheio de novembro e as projeções sobre dezembro vão definir se o Brasil afinal conseguirá cumprir a meta, ficando dentro do intervalo de flutuação. Os números e as tendências serão escrutinados pelos economistas. Ainda que a meta não seja mais auferida a cada ano, mas num movimento contínuo, é sempre importante saber como terminará o ano de 2024.

E este assunto estará também na reunião do Copom, na terça e na quarta-feira. Os juros vão subir. Mas quanto? Os mesmos 0,5 ponto percentual, ou o 0,75 ponto percentual que é a aposta mais frequente, ou até 1 ponto? E depois da reunião, o **comunicado** será importante para ver se haverá indicação sobre os próximos passos. Essa será a última reunião da atual gestão de Roberto Campos Neto. Os sinais desse **comunicado** apontarão para a nova gestão.

O terceiro ponto importante da semana é se as medidas do ajuste fiscal vão mesmo avançar. Na semana passada, dois projetos de lei tiveram a urgência aprovada, mas é preciso definir relator, e o ritmo de andamento. E ainda tem a PEC que trata dos super salários e do abono salarial, que nem começou ainda andar.

O ajuste que é criticado como insuficiente no mercado financeiro, é criticado no PT como excessivo. O partido divulgou uma resolução com críticas às mudanças no BPC. O que acontece? Começou a haver um crescimento muito maior do que o previsto nos pedidos de BPC. O Benefício de Prestação Continuada é para idosos ou deficientes muito pobres, com uma baixa renda familiar per capita. O governo quer combater possíveis fraudes, e estabeleceu biometria, revogou os descontos para efeito do cálculo da renda familiar per capita e ampliou o conceito de família considerando a renda até de quem não mora no mesmo domicílio. O PT pede para mudar isso. Na verdade, é até uma vitória de Fernando Haddad, porque as primeiras versões da resolução do partido continham muito mais críticas.

Mas o fato é que essa semana é decisiva porque se não conseguir fazer esse pacote andar minimamente, o governo não tem chance alguma de aprová-lo antes

do fim do ano com uma agenda já cheia com outros compromissos como o resto da tramitação da **reforma tributária** e o Orçamento. Nessa corrida contra o tempo, se essa semana o assunto não avançar será difícil concluir antes do recesso.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2024/12/semana-com-copom-ipca-e-o-tempo-correndo-contra-o-ajuste.ghtml>

Relator apresenta parecer sobre Reforma Tributária no Senado

O relator do projeto que regulamenta a **Reforma Tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), entregará nesta segunda-feira seu parecer. O texto será lido a partir das 16h na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A previsão é que a votação ocorra na quarta-feira.

Na sexta-feira, Braga informou que, até o momento, foram apresentadas 1.940 emendas. O relator afirmou que ainda procura acatar contribuições importantes no texto final. A expectativa é de que mais de 600 sugestões deverão ser incorporadas ao relatório.

- Portanto, não faltou debate com a sociedade, não faltou debate com o setor produtivo, não faltou apresentação de emendas. 1.940 emendas, além do trabalho que a CAE fez, que recomenda 510 sugestões e apresenta 180 proposituras de emendas. Portanto, este é um tema que foi debatido, conversado. Todo esse trabalho, toda essa construção está sendo feita e, portanto, vossa excelência decidindo a leitura na segunda-feira, nós apresentaremos o relatório e começaremos a discussão para a votação - declarou ele.

O relatório será apresentado após um mês de debates na CCJ sobre o impacto esperado dos novos **tributos** sobre a economia. Como mostrou o GLOBO, o texto do Senado deve seguir a maior parte do que foi aprovado na Câmara, incluindo a manutenção de itens da cesta básica, como carnes e queijos.

De acordo com auxiliares que acompanham as negociações, as alterações de mérito feitas pelos deputados serão preservadas. A maior parte das modificações serão redacionais, com o objetivo de dar maior segurança jurídica a matéria.

Entre umas das poucas mudanças de mérito, Braga deve ampliar o alcance do cashback, a devolução dos **impostos** pagos sobre produtos para população de baixa renda. Hoje, o texto da Câmara prevê 100% de devolução de CBS na compra de botijão de gás, 100% para energia elétrica, água e esgoto e 20% de devolução nas demais compras.

A forma de ampliação não foi detalhada pelos interlocutores que participaram de encontros com o relator, mas o próprio Ministério da Fazenda chegou a cogitar o aumento no percentual de devolução para

"demais casos", durante a tramitação na Câmara, o que não avançou na época.

Eduardo Braga e deputados que participaram do debate da **Reforma Tributária** na Câmara avaliam que mesmo com a manutenção de uma cesta básica maior, de devoluções e incentivos para a Zona Franca de Manaus, a alíquota padrão deve ficar menor do que o valor de 27,99% estimado pela Fazenda. Para eles, a diminuição da sonegação e do contencioso judicial nos primeiros anos de transição, entre 2026 e 2032, já devem levar a uma queda da alíquota para cerca de 25%.

O relator do Senado ainda irá afinar o texto final com deputados, antes da votação no plenário do Senado, para que o retorno da proposta à Câmara tenha uma tramitação rápida. Dessa forma, se acordado, os deputados aprovariam o novo texto do Senado, e não escolheriam o antigo da Câmara.

- Conversamos com ele e acreditamos que há entendimento com o texto e os melhoramento do Senado. A tendência é acompanharmos esse texto. Se não concordarmos com algum dos termos, vamos trabalhar juntos para chegar com o texto redondo na Câmara e votar a versão do Senado em plenário - disse o deputado Luiz Gastão (PSD-CE), que faz parte do grupo de trabalho da Reforma na Câmara.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/09/relator-apresenta-parecer-sobre-reforma-tributaria-no-senado.ghtml>

"Nós estamos fora da caixinha"

RAPHAEL PATI

» Entrevista | JOSEPH COURI | PRESIDENTE DO SIMPI

Com a presença de nomes do alto escalão do governo federal, o Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (SimpI) reiterou, em um evento promovido em Brasília, no fim de novembro, o objetivo de ser cada vez mais nacional. A entidade concluiu o processo de expansão para todos os estados do país neste ano e pretende ampliar a atuação no exterior. Para isso, planeja ter 3 mil funcionários na linha de frente para dar apoio e conhecimento a micro e pequenos empresários.

O principal objetivo é claro: tirar o maior número possível de empreendedores da informalidade. Dados citados pelo Simpi mostram que há cerca de 20 milhões nessa situação. O ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho, que participou do evento, disse que há 38 milhões. Seja qual for o número, o certo é que a informalidade é um fenômeno recorrente nas mais diversas empresas do país.

O presidente do Simpi, Joseph Couri, afirma, ao Correio, que é preciso mostrar as vantagens de deixar a informalidade e estender a mão ao empreendedor que está começando. "Nós queremos mostrar para ele (empresário) que está sendo tachado de sonegador, bandido. Não é. É mera falta de informação", afirma. Segundo ele, a entidade "está fora da caixinha" com novas iniciativas. Confira os principais trechos da entrevista:

Qual o objetivo da associação com essa presença em todos os estados no Brasil?

O objetivo é fazer com que chegue a essas empresas que estão na informalidade, que nós estamos dizendo que são 20 milhões e que o ministro Marinho diz que são 38 milhões de empresas na informalidade. É mostrar para elas aquilo que não está sendo mostrado, mostrar a vantagem de estar na formalidade.

Mais do que o discurso de dizer "venha", é a mão estendida para que eles realmente possam, primeiro, entender, segundo, acreditar e, terceiro, se formalizar.

Há o intuito de diminuir a sonegação de impostos?

A esmagadora maioria das empresas não sonega. Nós

queremos mostrar para ele (empresário) que está sendo tachado de sonegador, bandido. Não é. É mera falta de informação. Nosso foco é trabalhar para que o empresário esteja regularizado, fazer a diferença para o sucesso, a manutenção e a formalidade da empresa.

O foco é manter o contato físico com o empresário?

Sim. Albert Einstein dizia o seguinte: "Fazer mais do mesmo e querer um resultado diferente é sandice". O que nós estamos fazendo?

Nós estamos fora da caixinha.

Então, o tradicional está lá, fica lá, continua lá. O novo, a inteligência artificial, a metodologia, as competitividades, crédito, etc., tudo isso é o novo modelo no portal (do Simpi) e, além do portal, frente a frente, mano a mano. Onde você vai ver a empresa?

Em todos os ambientes.

A plataforma Educa SIMPI, recém-lançada, faz parte desse objetivo de levar mais educação para esses empreendedores?

Há uma série de produtos.

Nós convidamos todos para acessarem, de graça, para que vejam as vantagens e o que tem lá. Tem inteligência artificial trabalhando para benefícios, produtos, serviços, perguntas e respostas, área jurídica, fiscal, tributária, tudo aquilo que afeta a vida das empresas. Cada região tem a sua especificidade. O que estamos fazendo depende da massificação do produto. A inteligência artificial, hoje, está em tudo.

Agora, nós estamos estendendo isso para o MEI (Microempreendedor Individual).

De que maneira essa expansão também pode ajudar a conquistar outros países para as pequenas empresas?

O Simpi já está em quatro países: Estados Unidos, Japão, China e Portugal. E, até o fim do ano, a nossa meta é ampliar esse número para 20. É um outro patamar que estamos falando. Isso não se aplica ao MEI, porque o MEI não vai exportar seu produto. Na hora em que ele começar a exportar, ele deixa de ser MEI e passa a ser pequeno ou médio empreendedor.

Esse também é o nosso foco. Só que o que nós estamos buscando são os pequenos. E nosso objetivo

é dar acesso a isso, para, depois, ele poder migrar para outras estruturas maiores e melhores.

A curto ou médio prazos, pode haver um aumento das exportações por parte de pequenas empresas?

Indiscutivelmente, há vários produtos que podem ser exportados.

Vamos achando os nichos, os produtos das várias etapas, mas com serenidade, pé no chão e muito esforço. Vamos acompanhar os trabalhos e vamos ver crédito, os problemas e as soluções.

Vamos mostrar, cada vez mais, coisas positivas.

Houve uma redução na burocracia para se abrir uma empresa no Brasil?

Se você for para São Paulo, nós abrimos uma empresa em 3 horas. Você sai de lá com o registro da empresa, o CNPJ, e já vai trabalhar. Então, existe, sim, um avanço muito forte. Agora, nós temos que ser verdadeiros.

Isso não é a fotografia do Brasil todo. Um dos nossos desafios é estender esse programa, e negociar com os vários órgãos. Estamos abrindo uma negociação permanente com os governos federal, estaduais e municipais, para que isso chegue à ponta.

Esse é o nosso desafio.

Sobre a questão do empreendedorismo feminino, de que maneira os senhores enxergam essa pauta de disponibilização de crédito voltado para elas?

Precisamos entender a importância da mulher. Quem manda no mundo são as mulheres. Elas hoje representam pouco mais da metade da população mundial.

E o resto são os seus filhos.

Portanto, a mulher tem um papel essencial, muito importante.

Tudo depende - ou quase tudo - da mulher. A união homem e mulher faz um cenário fantástico.

Não estamos aqui discutindo sexo ou ideologia, mas nós estamos discutindo o envolvimento natural. As mulheres são muito mais responsáveis quando elas montam uma empresa. Ela traz muito mais cautela e muito menos agressividade no crescimento.

Mas ela faz isso de uma forma muito mais sólida, o que é maravilhoso, porque nós temos que apoiar

essas iniciativas. Aquilo que é bom tem que ser apoiado em qualquer lugar. As mulheres são um exemplo para o mundo.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6726/08-12-2024.html?all=1>

Passos simples para multiplicar o seu dinheiro e garantir um 14º salário

MURILO MELO ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

Trabalhadores que não contam com o 14.º salário pago pelas empresas podem se programar ao longo do ano como forma de preparação para despesas extras. Embora o benefício seja uma prática adotada por algumas companhias, ele não é uma obrigação legal.

Especialistas em educação financeira apontam que é possível conquistar o 14.º salário por conta própria. A chave para isso está em adotar uma estratégia de poupança e investimento.

Há cinco anos, desde que se tornou pessoa jurídica, a analista de marketing Ana Paula Oliveira reserva R\$ 300 a partir de janeiro para faturar R\$ 3.600 em dezembro. Se ela receber, durante esse período, horas extras ou bonificação, todo o montante é reservado. O dinheiro, diz, serve para pagar contas pendentes no fim do ano, fazer reformas em seu apartamento ou até mesmo fazer uma viagem.

Para não cair na tentação de gastar todo o salário do mês, assim que recebe o valor, Ana Paula guarda numa caixinha do banco batizada de "meu 14.º salário". "Embora eu não trabalhe com carteira assinada, a empresa à qual presto serviço oferece, todo fim do ano, uma bonificação que, ao meu ver, funciona como um 13.º salário.

Mas comecei a perceber que, nessa transição de fim para início de ano, eu gastava muito ou queria realizar alguns objetivos que eu não teria como.

Foi quando resolvi me pagar meu próprio 14.º salário." A primeira etapa para planejar o 14.º salário, segundo José Augusto Balotari, assessor da Manchester Investimentos, é definir com clareza os objetivos financeiros do ano. "Antes de pensar em como poupar para o 14º, é importante primeiro entender quais são suas metas para o ano. Isso inclui pagar material escolar, cobrir custos de viagem, IPVA e IPTU", diz.

O especialista sugere que os trabalhadores dividam seus objetivos em categorias, o que facilita o controle das finanças ao longo do ano. Outro ponto importante é a necessidade de ajustar o comportamento financeiro.

O planejamento deve considerar imprevistos e gastos sazonais, que sempre surgem ao longo do ano.

Hudson Pereira, sócio da One Investimentos, sugere que a poupança seja tratada como despesa fixa. Para ele, uma das principais falhas que os brasileiros cometem é esperar pelo que sobrar no fim do mês para poupar. "Quando se trata de finanças pessoais, a mentalidade precisa mudar para "investir primeiro, gastar depois". A reserva de emergência e os investimentos devem ser uma parte integral do orçamento." A recomendação dos especialistas é que o trabalhador separe gastos em três categorias: 70% para despesas fixas essenciais, 20 a 25% para despesas variáveis necessárias, e 5 a 10% para poupança e investimentos.

Esse tipo de divisão do orçamento permite controle sobre o dinheiro, e facilita o processo de redução de despesas ao longo do ano.

RIGOR. Para quem busca um controle mais rigoroso, Daiane Gubert, head de assessoria de investimentos da Melder, sugere a prática de anotar todos os gastos, uma medida simples mas eficaz, de acordo com ela. "Quem não anota, não controla.

E quem não controla, não gerencia", observa. Ela alerta ainda que é fundamental cortar gastos desnecessários, especialmente os impulsivos.

O planejamento financeiro precisa envolver escolhas conscientes sobre o que é realmente necessário e o que pode ser adiado ou eliminado.

VILÕES. Entre os principais vilões do orçamento está o parcelamento de compras, especialmente no crédito, que muitas vezes cria um efeito dominó de endividamento. A primeira mudança para quem quer ter uma vida financeira saudável é pagar as compras à vista.

Isso permite que o trabalhador tenha mais controle sobre o seu fluxo de caixa e consiga investir mais ao longo do ano.

Começar a investir de forma segura é uma das principais recomendações dos especialistas.

A construção de uma reserva de emergência deve ser

a prioridade para quem busca alcançar o 14.º salário. Essa reserva deve ser composta por ativos de alta liquidez e baixíssimo risco, como o Tesouro Direto LFT (Letra Financeira do Tesouro), uma das opções mais seguras e acessíveis para pequenos investidores.

Hudson Pereira reforça a importância de começar com investimentos de baixo risco, especialmente para quem está iniciando. Ele sugere que os trabalhadores apostem em produtos de renda fixa, como o Tesouro Selic, que não só é acessível, mas também tem garantia do Tesouro Nacional e isenção de **impostos** para investimentos abaixo de R\$ 10 mil.

Aos investidores que já possuem alguma experiência ou um capital maior, o conselho é a diversificação de investimentos, com a inclusão de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) de bancos sólidos e fundos de investimento com baixa volatilidade. Esses investimentos podem oferecer um rendimento superior ao da poupança, conforme os especialistas, e ainda são suficientemente seguros para quem não quer correr grandes riscos.

Mantra Para especialista, quando se trata de finanças pessoais, investimento deve vir antes do gasto

14º salário em 5 passos

I Defina meta financeira Determine o valor que você quer alcançar e quais objetivos financeiros deseja cobrir com o 14.º salário (**impostos**, viagens, compras)

I Reveja o orçamento mensal Separe suas despesas fixas e variáveis e determine quanto pode ser poupado ou investido a cada mês. Priorize economizar antes de gastar

I Reserva de emergência Construa uma reserva de emergência para imprevistos, usando investimentos de baixo risco e alta liquidez, como Tesouro Selic ou CDBs

I Invista em renda fixa Comece a investir em opções seguras e com liquidez, para fazer o dinheiro crescer de forma gradual

I Educação financeira Mantenha-se informado sobre finanças pessoais e ajuste seus hábitos de consumo, evitando compras por impulso

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Decepção com pacote alimenta temores de dominância fiscal

Alex Ribeiro De São Paulo

O risco de o país entrar em dominância fiscal volta ao radar de economistas e investidores, dias depois de o governo anunciar um pacote de corte de gastos que frustrou as expectativas dos participantes do mercado financeiro, provocando alta da cotação dólar e pressão nas taxas de juros.

"Eu acho que hoje o risco de uma dominância fiscal é real", disse ao Valor Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e sócio da Gávea Investimentos. Na prática, a dominância fiscal significa que o Banco Central estaria diante de constrangimentos que limitam o uso da taxa Selic para segurara inflação.

Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central, avalia que nas condições atuais a autoridade monetária ainda pode agir. "Uma expansão fiscal dessa magnitude gera inflação", afirma. "O Banco Central tem condições de controlar essa inflação, só que as taxas de juros maiores."

Quando a situação das contas públicas se torna muito crítica, a economia entra num limiar em que apertos monetários levam a mais inflação, em vez de baixá-la. O fenômeno é conhecido entre os economistas como dominância fiscal. Nessas circunstâncias, altas da Selic aumentam o gasto de juros com a dívida pública, piorando a percepção e solvência do governo e pressionando a cotação do dólar. O dólar mais caro, por sua vez, acelera a inflação.

"Não tenho certeza de que já estamos em dominância fiscal, diz o ex-diretor de política econômica do Banco Central, Sérgio Werlang, que esteve à frente da implantação do regime de metas de inflação no Brasil. "O que sei é que a política monetária está menos eficaz. Isso é um dado." Ele lembra que o juro real subiu, aumentou a inflação implícita dos títulos públicos e o dólar se valorizou ainda mais perante o real.

Há alguns dias, o futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galipolo, citou uma espécie de enigma: os economistas do mercado preveem que o Banco Central vai subir os juros para percentuais que eles mesmos consideram adequados, mas ainda assim as expectativas de inflação seguiram se deteriorando.

"Dominância fiscal se percebe ex-post", explica a economista Zeina Latif, da Gibraltar Consulting. "Atualmente, a eficácia dos juros para controlar a inflação é baixa. A política monetária, sozinha, não vai fazer esse serviço, por isso tem que ser usada com parcimônia, sem grandes choques."

As duas vezes que o Brasil esteve na zona de dominância fiscal foram na eleição de 2002, quando os participantes do mercado achavam que, se Lula fosse eleito, não manteria as contas públicas sob controle; e no governo Dilma Rousseff. Em ambos os casos, a inflação chegou a dois dígitos, e o país entrou em recessão, embora mais curta na primeira vez.

O país entra em dominância fiscal quando a dívida pública chega a um patamar tão alto que o esforço para pagá-la com cortes de gastos e aumento de impostos é excessivamente alto - e os governos lançam mão da inflação, que corrói o valor real de sua dívida e de suas despesas. Mas os primeiros sintomas podem ser sentidos antes de a dívida atingir esse patamar, caso quem financia o governo chegue à conclusão de que já está em curso uma trajetória fiscal que levará a esse ponto.

Hoje, a dívida bruta se encontra em 78,6% do **PIB**, e alguns estudos acadêmicos dizem que nesse patamar já estaria nessa condição. Werlang cita um estudo do professor Aloísio Araújo, da FGV, Vitor Costa, Paulo Lins, Rafael Santos e Serge de Valk que estima o limiar em 90% do **PIB**.

Mas não é só o nível da dívida que importa, explica Werlang, mas também a direção. Durante a pandemia, a dívida bruta chegou próxima de 90% do **PIB**, mas havia o teto de gastos e a percepção dos agentes de mercado de que o ministro da Economia, Paulo Guedes, estava empenhado no ajuste das contas públicas. Além disso, na pandemia, o Banco Central reduziu os juros básicos a 2% ao ano, o que significa encargos menores para a dívida bruta.

Hoje, o quadro é diferente: os juros estão altos, atualmente em 11,25% ao ano, e devem subir mais, para patamares superiores a 14% a ano, segundo previsões de analistas econômicos. A percepção dos participantes do mercado é que o governo Lula tem um baixo grau de comprometimento com o ajuste fiscal, e o frustrado pacote de corte de gastos piorou

as coisas.

Economistas ouvidos pelo Valor explicam que dois fatores levaram à deterioração na percepção de solvência do governo nas últimas semanas, colocando a cotação do dólar acima de R\$ 6 e os juros negociados em mercado para a casa dos 15% ao ano.

Primeiro, a estratégia fiscal adotada pelo governo Lula desde o início de seu governo era muito gradual e insuficiente para interromper a escalada da dívida pública num horizonte de tempo minimamente razoável.

Segundo, o pacote de medidas anunciado pelo governo em fins de novembro não tinha a abrangência necessária para corrigir o problema e, ao contrário, sinalizou baixa disposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de fazer escolhas politicamente difíceis, que poderiam causar danos de curto prazo na sua popularidade.

"Ainda acho que o risco maior de uma trajetória pior do câmbio é com BC não fazendo seu trabalho, e não com ele fazendo", avalia afirma o ex-secretário do Tesouro Nacional e head de macroeconomia do ASA, Jeferson Bittencourt. "Então acho que não estamos em dominância fiscal. Mas o fiscal tem que fazer o seu trabalho para que este tema não ganhe mais visibilidade."

Os problemas já estavam presentes no início do terceiro mandato de Lula e, desde então, vieram se agravando. Ele assumiu com uma dívida bruta do governo geral de 71,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**), alta para os padrões de países emergentes, que costumam ter débitos na casa dos 40% do **PIB**.

O resultado primário - ou seja, a economia que os governos fazem para pagar parte dos juros da dívida - também se deteriorou. Em 2022, o presidente Jair Bolsonaro encerrou seu mandato com um superávit primário de 1,25% do **PIB**, mas ele havia sido obtido com bases frágeis. O governo deixou de pagar alguns de seus compromissos, como os precatórios, e fez o ajuste graças à **inflação**, que corroeu gastos.

Um ano depois, o governo Lula já tinha um déficit primário de 2,29% do **PIB**. Parte disso se deveu ao pagamento de dívidas que não haviam sido salgadas pelo governo anterior e parte se deveu a expansão de gastos, incluindo o cumprimento de promessas de campanha de ambos candidatos. A primeira medida fiscal de Lula foi a aprovação de uma proposta de emenda constitucional que aumentou o nível de gastos em 1,7% do **PIB**. Também foi adotada uma política de reajustes reais do salário mínimo e foi retomada a regra que faz os gastos com saúde e educação

aumentarem junto com a arrecadação.

Para segurar a alta da dívida bruta, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, propôs e aprovou no Congresso Nacional o chamado arcabouço fiscal, que basicamente limita o crescimento real dos gastos a 2,5% reais ao ano. Também adotou metas de superávit primário que, ao longo dos anos, sinalizavam a intenção de retomar superávits primários necessários para estabilizar a relação entre a dívida e o **PIB**.

"O mercado financeiro sempre achou o arcabouço insuficiente para estabilizar a dívida bruta", diz Bittencourt. Segundo ele, isso pode ser ilustrado pelos dados do chamado Prisma Fiscal, uma pesquisa que o Tesouro faz junto aos especialistas do mercado para colher as expectativas sobre a política fiscal.

Bittencourt destaca dois conjuntos de dados. Primeiro, o mercado projeta até 2033 uma alta nominal do gasto de 5,5% ao ano, o que significa uma alta da despesa dentro do limite de 2,5% estabelecido pelo arcabouço, considerando que a **inflação** fique na meta, de 3%. Assim, deduz-se que os analistas econômicos acham que o governo vai cumprir o arcabouço fiscal.

Segundo conjunto de dados: o mercado prevê que a dívida bruta vá subir em todos os anos até 2033, último período para o qual há projeções disponíveis, chegando a 94,4% do **PIB**.

Juntando os dois conjuntos de dados, a conclusão é que o mercado acredita que o governo Lula e as gestões seguintes vão cumprir o arcabouço fiscal, mas não acha que isso seja suficiente para estancar a escalada da dívida.

Por que o arcabouço é insuficiente? Uma regra de bolso muito usada pelos economistas diz que, para estabilizar a dívida bruta, o superávit primário teria que equivaler à diferença entre os juros que, em média, o governo paga ao longo dos anos sua dívida e o crescimento real de longo prazo da economia.

Numa conta conservadora, que estima a capacidade de crescimento da economia em 2,5% e os juros de equilíbrio de 4,75% ao ano, o superávit primário requerido para estabilizar a relação entre a dívida bruta e o **PIB** seria de pouco mais de 2% do **PIB**. Num artigo recente no Valor, Arminio estimou esse primário em 3% do **PIB**, mas ele pondera que uma queda inequívoca a dívida deveria exigir mais do que isso.

Ou seja, numa visão mais otimista, precisaria de um ajuste fiscal de 2,5 pontos percentuais do **PIB** para levar o superávit primário a 2% do **PIB**, considerando o déficit de 0,5% do **PIB** previsto para este ano. Nos

cálculos de Bittencourt, o arcabouço fiscal leva a uma melhora de 0,15 ponto percentual do **PIB** no superávit primário, por ano. Assim, o arcabouço levaria cerca de 17 anos para obter o superávit primário necessário para estabilizar a dívida bruta, na visão otimista.

"Não estava clara uma estratégia de contenção da expansão da dívida em relação ao **PIB**, esse é o problema maior", afirma Meirelles. "A continuar no ritmo atual, a dívida vai superar os 90% do **PIB**. Isso preocupa porque, quando vai chegando a níveis maiores, aumentam o risco e os juros no mercado para a venda de títulos do governo."

Desde o princípio, era de conhecimento do mercado que as contas não fecham, mas havia uma expectativa de que o pacote do governo fosse na direção correta, lidando de forma gradual com as despesas que tornam insustentáveis as contas públicas.

Os grupos principais são as despesas com a Previdência, que estão pressionadas pelo envelhecimento da população brasileira e pelos reajustes do salário mínimo. Muitos economistas consideram insustentável os gastos com saúde e educação crescerem junto com a arrecadação, como determinado pela Constituição de 1988. Meirelles defende uma reforma administrativa para reduzir gastos com funcionalismo. Arminio acha necessário rever os gastos tributários. O pacote frustrou as expectativas porque mexeu em poucos pontos.

Da forma como foi divulgado, diz Bittencourt, o governo transpareceu, aos olhos do mercado, pouca disposição para medidas impopulares. "Aparentemente, havia no mercado alguma esperança de que o governo Lula iria utilizar o seu capital político para melhorar as condições macroeconômicas", afirma.

"Primeiro, o anúncio foi continuamente adiado. Isso foi criando uma preocupação no mercado de que o governo estava tendo dificuldades para chegar ao tamanho necessário do pacote", diz Meirelles. "Depois, com todos esperando cortes de gastos, veio a notícia de que o governo estava cortando **impostos** com a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil."

Zeina reconhece alguns pontos positivos do pacote, como a disposição do governo em rever a regra de reajuste do salário mínimo. "Não é uma boa proposta, mas bem ou mal reconheceu que a regra que vincula o reajuste do salário mínimo ao **PIB** foi equivocada." Ela também cita a decisão de mexer com o abono salarial, com o benefício de prestação continuada (BPC) e com a previdência dos militares.

Ainda assim, afirma, o pacote frustra pela abrangência restrita. Faltou o governo sinalizar que está disposto a fazer mudanças, ainda que incrementais, em temas como vinculações constitucionais de gastos, seguro desemprego e reforma administrativa. "Quando se fala em dominância fiscal, o sinal que governo dá sobre a disposição para resolver o problema fiscal é importante", diz Zeina.

Na sexta, o dólar voltou a subir, fechando em R\$ 6,07, em parte porque o mercado identificou baixa disposição também no Congresso na aprovação do pacote fiscal. Um texto para discussão apresentado pelo economista Barry Eichengreen na reunião de banqueiros centrais de Jackson Hole, em 2023, mostra que, em tempos de polarização política, ajustes fiscais são mais difíceis, porque é mais difícil encontrar consenso nos parlamentos e os governos evitam medida impopulares e ajustes que possam ser recessivos.

Os economistas debatem há décadas os impactos dos ajustes fiscais na atividade econômica. Em meio a uma grave crise cambial, em 1998, o governo anunciou um pacote fiscal que chegou a cerca de 4 pontos percentuais do **PIB**. Ainda assim, a economia evitou uma recessão, que parecia certa, e cresceu 0,5% em 1999.

"Sei que o momento não parece propício, mas se entrar em pauta um ajuste fiscal estrutural, amplo, que aborde os grandes problemas, eu apostaria que o impacto na economia seria positivo, assim como foi em 1998 e 1999", diz Arminio.

"O sinal de disposição do governo para resolver o problema fiscal é importante"

Zeina Latif

"Uma expansão fiscal dessa magnitude gera **inflação**"

Henrique Meirelles

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188063?page=1§ion=1>

Advogados avaliam mudanças desde a reforma trabalhista

As mudanças oficializadas na Reforma Trabalhista em 2017 pela Lei 13.467/2017 passaram a ser vigentes em contratos que estavam em curso antes da vigência da norma. A decisão foi tomada no último dia 25 de novembro, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) com maioria dos votos pelo plenário. A Reforma Trabalhista entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017, proporcionando diversas mudanças nas relações trabalhistas no país, como a flexibilização dos contratos de trabalho, negociações entre empregador e empregado, possibilidades de parcelamento até três vezes do período de férias, entre outras alterações. Para advogados do Pará, a reforma trouxe vantagens e desvantagens nas relações trabalhistas.

Durante o julgamento do dia 25 de novembro foi estabelecida a seguinte tese: "A Lei nº 13.467/2017 possui aplicação imediata aos contratos de trabalho em curso, passando a regular os direitos decorrentes de lei cujos fatos geradores tenham se efetivado a partir de sua vigência".

A criação da Reforma Trabalhista Previdenciária de 2017 estava ligada à redução do desemprego no país e a melhoria na economia brasileira, segundo o economista Edson Moreira. Ele conta que a reforma teve como principal influência a geração de emprego e busca por maior rotatividade na economia "porque quanto mais pessoas trabalhando, isso significa mais gente consumindo e quanto mais consumo, significa mais empresas produzindo, de maneira geral, indústria, serviço, comércio". Mas, após a reforma não houve um impacto significativo na economia e sim uma maior flexibilização nos contratos de trabalhos.

"A reforma previdenciária em si não gerou a quantidade de emprego e a diminuição do desemprego da maneira que deveria ter gerado, muito pelo contrário, fez com que as pessoas se tornassem MEI (microempreendedor individual), gerando outro tipo de contrato de trabalho. E de certa forma, essas pessoas que são MEI quando são legalizadas, pagam por seus **impostos**, acabam influenciando na arrecadação trabalhista e previdenciária pagando suas DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional) e isso faz com que o governo tenha um recurso melhor, então as pessoas começaram a empreender um pouco mais", explica.

Segundo o advogado especia-

lista em Direito do Trabalho, Alan Silva, a aplicação da reforma para contratos que estavam vigentes quando a lei foi sancionada podem gerar repercussões negativas para o trabalhador, porque muitos direitos que ele tinha antes da reforma podem ser suprimidos com as alterações, permitindo, inclusive, que a análise de sua situação possa ser julgada com base nas novas normas e não nas anteriores que seriam benéficas.

"Como essa decisão do Tribunal sobre o trabalho foi recente, a gente está com aquela sensação de temor. Vamos ver o que vai acontecer daqui pra frente. Porque uma decisão dessa acaba trazendo vários precedentes, ela abre várias possibilidades e agora cabe a gente ficar observando com aquele certo temor de que o trabalhador possa vir a ser mais prejudicado através dessa recente decisão do Tribunal sobre o trabalho, que infelizmente

Para advogada, a reforma trabalhista trouxe diversas vantagens para o trabalhador

pode servir de gatilho para que ocorram interpretações que não sejam tão favoráveis para esse trabalhador", conta.

O especialista também explica que o objetivo da reforma trabalhista "foi alterar diversos pontos da legislação trabalhista com o objetivo de tornar mais flexível as relações de trabalho de maneira a fomentar a segurança jurídica e incentivar a geração de emprego". Para a advogada Vanessa Mon-

teiro, a reforma trabalhista trouxe diversas vantagens para o trabalhador como a "simplificação da rescisão contratual, a regulamentação do trabalho intermitente, condições iguais para trabalhadores terceirizados, maior liberdade de negociação", entre outras. No entanto, essas mudanças também trouxeram desvantagens. Para a advogada, a principal seria a menor proteção ao trabalhador como "a dispensa coletiva sem negociação, a implementação de jornada 12 por 36 e o fim da necessidade de homologação de rescisão contratual com a assistência de sindicatos, o que certamente vai acarretar ao trabalhador menor segurança", explica.

Ela também explica que a decisão do TST confirma

que a empresa empregadora não tem obrigação de manter o pagamento de benefícios que foram extintos pela reforma "e isso atinge o contrato de tra-

balho na medida em que direitos que eram percebidos pelo trabalhador e que foram alterados pela reforma deixarão de ser pagos".

Para acompanhar essas mudanças, o trabalhador deve, portanto, ficar atento às negociações do seu trabalho, pois a flexibilização do contrato de trabalho não significa que tudo está legalizado, existem parâmetros e limites que regem essa negociação. "É importante o trabalhador antes de sentar para decidir algo importante sobre a sua questão de trabalho, que ele busque um profissional para ele se informar. Para explicar a situação que está acontecendo com ele na empresa para que o advogado possa instruí-lo e para que quando esse trabalhador for sentar e conversar com o patrão, possa estar munido de informação, e assim saber melhor o que decidir", aconselha o especialista em Direito do Trabalho, Alan Silva.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-136236-e53e2cb23aac8b74f311a2423dd03b75.pdf

Custo de oportunidade (Artigo)

Saulo Gouveia

É quanto você perde ao comprar algo que tira dinheiro do bolso.

Também pode ser entendido como o custo de outra oportunidade de investimento, senão aquele que você fez. Portanto, é a diferença entre o que terá um tempo depois da aquisição e o que teria se tivesse colocado o dinheiro em algo que aumentasse seu valor.

Vejamos um exemplo: Você adquiriu um carro por vinte mil reais. Daqui há cinco anos ele vale quinze mil reais, e se o mesmo valor tivesse sido aplicado em ações, valeria vinte e cinco mil reais.

Daí advêm vários custos.

O custo de oportunidade são os cinco mil reais da diferença entre os vinte mil iniciais e os vinte e cinco mil que você teria cinco anos depois. Os outros cinco mil reais da diferença entre os vinte mil iniciais e os quinze mil valorado depois, é o custo da depreciação.

Além do custo de oportunidade e da depreciação, têm os custos com combustíveis, lubrificantes, pneus, bateria, consertos, **impostos**, seguros, e muito mais.

Parafrazeando um ditado popular: 'A oportunidade faz o dinheiro sumir ou aparecer'.

Isso mesmo, já pensou quanto se perde trocando de carro várias vezes na vida? Quanto se perde colocando seu 'suado' dinheirinho em algo que vai reduzi-lo?

Outro custo de oportunidade é quando você vai abrir uma empresa. Nesse caso é a taxa percentual que renderia seus recursos aplicados em outro ativo. Desse modo quando for apurar os lucros, deverá lançar as despesas administrativas, com vendas, com produção, com a depreciação do patrimônio e ainda terá de lançar a despesa com a oportunidade.

Mesmo que os fatos comprovem, se ainda pensa que isso é algo abstrato e que não faz diferença real na sua vida, então faça um teste.

Convide um amigo para aplicar em ações e você compra um carro. Daqui a cinco anos você vende seu carro e ele resgata as ações. Depois, sente em uma ponta de uma mesa e ele na outra, coloque seu monte de dinheiro em cima e peça para ele também fazer o

mesmo. Qual a diferença entre seu monte de dinheiro e o dele?

Dez mil reais, isso é real.

Dizem que um homem vivia à beira da estrada e vendia cachorros-quentes. Não tinha rádio e não lia jornais. Colocou um cartaz anunciando a mercadoria e ficava ali gritando: 'Olha o cachorroquente especial!' E as pessoas compravam. Com isso aumentaram os pedidos de pão e salsicha, e ele acabou construindo uma mercearia.

Então, ao telefonar para o filho que morava na cidade grande e contar as novidades, o filho lhe disse: - Pai, o senhor não tem ouvido o rádio?

Não tem lido os jornais? Há uma crise muito séria, e a situação é perigosíssima! Diante disso, o pai pensou: 'Meu filho estuda na universidade, ouve rádio e lê jornais, portanto, deve saber o que está dizendo!' E reduziu os pedidos de pão e salsicha, tirou o cartaz e parou de gritar na frente da mercearia. As vendas caíram e os lucros foram embora. Então, disse ao filho: - Você tinha razão, meu filho, a crise é muito séria!

Isso também é custo de oportunidade. Nunca deixe de realizar um empreendimento ou comprar o carro de seus sonhos, apenas faça-o do jeito e no momento certo. Pense nisso, mas pense agora!

Saulo Gouveia é consultor financeiro e organizacional. E-mail: saulo@ saulogouveia. com.br. Instagram: @ suaempresarica

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

No último Copom do ano, BC acelera mais

» ROSANA HESSEL

O Banco Central realiza, a partir de amanhã, a última reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom), e as opiniões estão divididas sobre a decisão de quarta-feira. De acordo com analistas, após a frustração do mercado financeiro com o pacote de cerca de R\$ 70 bilhões de corte de gastos entre 2025 e 2026, anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no último dia 27, a certeza entre eles é de que o ritmo de aumento dos juros vai acelerar novamente.

O mau humor do mercado com o pacote fiscal fez o dólar disparar para mais de R\$ 6, elevando as pressões inflacionárias, e a preocupação com o risco de dominância fiscal - quando o aumento de juros não surte efeito sobre o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, que deverá estourar o teto da meta neste ano e no próximo. E, para 2026, considerado o horizonte relevante monitorado pelo BC, as projeções para o IPCA seguem acima do centro da meta, de 3%, e estão bem próximas de 4%.

E, com a piora das projeções de **inflação** e do quadro fiscal, a maioria das apostas para a alta da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 11,25% ao ano, passou de 0,50 ponto percentual - consenso desde a última reunião do Copom - para 0,75 ponto percentual, para 12% ao ano. Mas os analistas admitem que uma alta ainda maior, de 1,0 ponto percentual, para 12,25% ao ano, não está descartada.

É o caso de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

"As previsões para a Selic no fim do ciclo de ajuste monetário estão em 14%, no primeiro semestre de 2025, em função da conjunção do fraco pacote fiscal e do recrudescimento da **inflação**", destaca. Segundo ele, o governo não sinaliza muita preocupação com a **inflação** acima do teto da meta, de 4,50%, que era a meta de **inflação** no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). "Será muito difícil para o BC conseguir trazer a **inflação** para o centro da meta (de 3%), o que, pelas atuais conjunturas, exige uma taxa de juros entre 15% e 16%, algo que será difícil de ver", explica.

Vale ainda ressalta que o pacote fiscal ficou "muito aquém do ideal", tanto que, pelos cálculos dele, o governo precisará de um ajuste de 4,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ou seja, R\$ 530 bilhões, para

conseguir voltar a registrar superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) para estabilizar o crescimento do endividamento. Pelas estimativas da MB, o rombo fiscal de 2025 ficará acima da meta fiscal, em torno de 0,8% do **PIB**, e a dívida pública bruta, atualmente em 76,8% do **PIB** - o equivalente ao recorde de R\$ 9 trilhões, conforme os dados do Banco Central -, alcançará 84% do **PIB** em 2026 - um aumento de 12 pontos percentuais desde 2022.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, acompanhou o mercado nas revisões e passou a prever a Selic em 12% no fim deste ano. Ele lembra que o mercado está dividido nas apostas até 12,25%. "A comunicação do Banco Central faz sentido para essas duas possibilidades de alta dos juros. E, do ponto de vista econômico, também contribui para essas projeções, pois a atividade continua forte e o dólar pressiona a **inflação**, que continua desancorada", explica.

Estouro da meta As projeções do mercado para **inflação** não param de serem ajustadas para cima, e, em algumas estimativas ultrapassam 5% neste ano e no próximo. É o caso da XP Investimentos, que prevê o IPCA fechando este ano em 5% e, no ano que vem, em 5,2%. Rodolfo Margato, economista da XP, avalia que a tarefa do BC no controle da **inflação** está cada vez mais desafiadora por conta de a **inflação** seguir acima do teto da meta, de 4,5%. "Acreditamos que a resposta da política monetária tem que ser (ainda) mais firme", frisa. Pelas projeções da XP, a Selic subirá para 12,25% e a taxa terminal do ciclo passou de 13,25% para 14,25% anuais. "Na nossa avaliação, o Comitê preferirá ser mais ousado a curto prazo para recolocar o "trem nos trilhos" em tempo hábil, em vez de tentar suavizar o ciclo. Ajudará no processo de reancoragem das expectativas uma aprovação célere das medidas anunciadas pelo governo para desacelerar o crescimento das despesas obrigatórias." O economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do BC e consultor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), considera que é um exagero o Copom aumentar a Selic para 12,25%.

Mas reconhece que, com os Estados Unidos sob o comando do republicano Donald Trump, a partir de 20 de janeiro, vai ser ainda mais difícil para o dólar cair novamente e poderá ficar, por um bom tempo, em torno de R\$ 6.

"Ainda temos **inflação** de alimentos e serviços que devem continuar pressionando o IPCA em 2025. Mas o BC não tem condições de subir demais os juros, porque há muitas decisões temporárias para que a Selic vá para 15%", afirma. Contudo, Gomes reconhece que a **inflação** seguirá subindo, podendo chegar a 5,5%, no fim deste ano, e a 5,8%, no fim de 2025, devido à indexação inercial, principalmente. "Mas temos um quadro fiscal muito ruim, com dívida pública recorde e o deficit nominal (necessidade de financiamento do país) perto de 10% do **PIB**", alerta. Ele lembra que esse patamar foi alcançado durante a crise econômica e fiscal do governo Dilma, quando a **inflação** ultrapassou 10% ao ano. "O governo começou muito bem, mas está cometendo vários erros. Ele precisa começar a se preocupar com o aumento do deficit nominal, porque isso coloca em risco o sucesso do Plano Real", complementa.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, assim como Gomes, não vê espaço ainda para uma alta de 100 pontos-base na Selic, porque acredita que o Banco Central vai colocar na conta a aprovação do pacote fiscal pelo Congresso ainda neste ano, apesar da frustração do mercado. Ela estima que os juros continuarão subindo até junho de 2025, quando a Selic chegará a 14% anuais e, somente em dezembro, haverá um começo de um ciclo de baixa, para 13,75% anuais.

"Desde a última reunião do Copom houve uma deterioração importante das expectativas, de forma geral. O dólar tem operado em torno de R\$ 6. Como as evidências são de uma economia muito resiliente, com o **PIB** crescendo acima do potencial, há riscos para o cenário inflacionário ficar acima da meta até 2026", afirma. Ela prevê que o Copom elevará a Selic em 0,75 ponto percentual.

-

Despedida de Campos Neto à frente do órgão

A reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que ocorre amanhã e na quarta-feira, também marcará o último encontro do colegiado sob o comando de Roberto Campos Neto. O economista, cujo avô, Roberto Campos, foi o primeiro presidente do BC, está à frente da autarquia desde 28 de fevereiro de 2019 e deixa como principais destaques de sua gestão a aprovação da autonomia do Banco Central, em 2021, e o lançamento do Pix - plataforma de pagamento instantâneo desenvolvida pelos técnicos do BC e que segue sofrendo várias inovações desde que começou a funcionar oficialmente, em novembro de 2020.

Analistas destacam que, apesar das críticas que o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem feito desde o início do mandato, ele ainda precisará agradecer ao presidente do BC pela condução da política monetária. A taxa básica da economia (Selic) voltou para o patamar de dois dígitos, mas a economia segue com crescimento forte neste ano. As projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2024 seguem sendo revisadas para cima, e as mais otimistas esperam avanço de até 3,5%. "Tudo leva a crer que o segundo ano do atual mandato de Lula deverá ser lembrado como o seu melhor ano nos números macro gerais", destaca Sergio Vale, da MB Associados, que passou a prever crescimento do **PIB** deste ano de 2,8% para 3,4%.

Para o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do Banco Central e consultor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Campos Neto fez um bom trabalho e "vai deixar muita coisa boa para a instituição". "A parte digital e a autonomia foram importantes. Pela primeira vez em 50 anos, vimos o BC não baixar os juros quando se tem uma eleição para presidente da República", destaca. Contudo, Gomes critica o excesso de declarações de Campos Neto. "O presidente de um Banco Central não pode falar demais, para evitar ruídos, porque ele fala para comprados ou vendidos. Portanto, é preciso ser muito cuidadoso", defende.

Para ele, é preciso também evitar almoçar ou jantar com políticos, "principalmente agora, que a instituição é independente".

O consenso entre os analistas é que, em 2025, o futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo, vai ter mais trabalho para controlar a **inflação**. "Em 2024, o **PIB** cresce acima de 3% e o desemprego está mais baixo, mas haverá desaceleração no próximo ano. A autonomia do BC vai ser colocada à prova, quando ficar próximo das eleições em 2026, e daqui para frente, o BC precisará continuar sendo duro no discurso e na condução da política monetária", afirma Rafael Cardoso, economista-chefe do Banco Daycoval.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6726/08-12-2024.html?all=1>

DF corre risco de quebrar

MILA FERREIRA E PABLO GIOVANNI

Se a nova regra de cálculo da correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) for aprovada pelo Congresso, o DF vai quebrar.

É a previsão de especialistas ouvidos pelo Correio após análise de um estudo da Secretaria de Economia, que mostra a diferença de crescimento dos recursos do fundo considerando a regra atual e a possível alteração. O levantamento mostra que as perdas somariam mais de R\$ 100 bilhões se o FCDF, desde a sua criação em 2002, tivesse sido reajustado ano a ano com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como propõe o governo federal, em vez de ser definido com base na Receita Corrente Líquida (RCL), como ocorreu, seguindo as regras em vigor.

De autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara dos Deputados, o projeto tramita em regime de urgência e deve ser apreciado a qualquer momento. A presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Gleisi Hoffmann, falou com exclusividade ao Correio e afirmou que a orientação aos parlamentares é pela aprovação do projeto do governo. "Vamos apoiar a proposta do Ministério da Fazenda em relação ao FCDF", cravou Gleisi.

A bancada de deputados federais do PT, a segunda maior da Câmara, com 68 parlamentares, se reunirá às 19h de hoje na liderança do partido para bater o martelo quanto à questão.

Se a proposta for aprovada, os repasses previstos para 2025 vão cair de R\$ 25,1 bilhões para R\$ 24,3 bilhões, uma perda de R\$ 751 milhões. O déficit tende a crescer ao longo dos anos. Para o advogado especialista em direito tributário e relações governamentais, Asafe Gonçalves, o impacto pode ser devastador, comprometendo o crescimento da capital federal e gerando um desequilíbrio fiscal significativo, já que o fundo deixaria de ser ajustado adequadamente para atender às demandas crescentes.

"A redução progressiva dos recursos comprometeria o aparelhamento, a formação continuada e a contratação de novos agentes na segurança pública, enfraquecendo a capacidade de resposta às demandas da capital federal. Já vimos outros estados enfrentarem o colapso na segurança pública, como no Rio de Janeiro, que, em determinado momento,

utilizou a falta de verba como justificativa para recorrer ao fundo constitucional como manobra orçamentária", explicou o advogado.

Gonçalves também destacou que o modelo atual reflete o aumento real das receitas tributárias federais, que frequentemente cresceram acima da **inflação**, enquanto o IPCA restringiria os reajustes ao índice inflacionário. "É importante lembrar que Brasília não possui autonomia plena de arrecadação e depende, por determinação constitucional, do apoio da União para cumprir suas funções como capital do país. A proposta, ao limitar os repasses, transfere para o DF a responsabilidade de equilibrar as contas, sem oferecer alternativas viáveis", concluiu.

O especialista salientou que eventuais mudanças no cálculo do fundo podem causar uma ruptura significativa para o DF, uma vez que a falta de recursos para honrar compromissos com os servidores fragiliza diretamente a economia local. "Com a mudança no cálculo do Fundo Constitucional, o DF quebra.

Porque, se analisarmos a composição da receita, veremos que boa parte dos recursos utilizados para manter o funcionamento do maquinário público e estatal vem desse fundo", explicou.

Ele ainda alertou para os impactos que alterações poderiam trazer às contas públicas. "Qualquer mudança que afete o Fundo Constitucional terá consequências graves. Nenhum estado, e muito menos o DF, está preparado para a redução de um recurso tão essencial para sua receita.

O DF, em particular, não possui grandes indústrias ou outros motores econômicos capazes de sustentar sua economia de forma independente", completou.

O advogado especialista em direito tributário Vítor França Celestino destacou que, embora a mudança no Fundo Constitucional tenha pouco impacto para o governo federal, seus efeitos sobre os cofres do DF seriam expressivos.

"Em média, nos últimos anos, pelo menos 35% do orçamento total do Distrito Federal veio do fundo. Se a justificativa do governo federal para modificar o cálculo é o corte de gastos públicos, esse corte representará, como em 2024, apenas 0,46% das despesas públicas federais. Ou seja, o impacto nas contas da União seria praticamente nada, mas terá grande impacto nas

contas do Distrito Federal", afirmou.

Apoios

Até o momento, o PT é o único partido que se manifestou publicamente favorável às alterações no Fundo Constitucional (veja quadro). Além do apoio das legendas que o Correio já havia divulgado, o presidente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Marconi Perillo defendeu o FCDF. "Eu acompanhei de perto, há cerca de 25 anos, a criação do Fundo Constitucional. Na época, o governador era Roriz (Joaquim Roriz) e o presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. Todos nós fizemos uma ampla mobilização para que esse fundo fosse aprovado. E qual era o argumento? Brasília é a sede dos Poderes, a capital do Brasil. Precisa de recursos para garantir segurança para as instituições, saúde para as pessoas que vivem em Brasília, educação de qualidade e, é claro, infraestrutura", destacou Marconi Perillo.

O presidente regional do Partido Republicano Democrático (PRD), Lucas Kontoyanis, também saiu em defesa do Fundo Constitucional.

"O PRD firmou seu veemente posicionamento contra qualquer ação que redunde em prejuízo do desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal, incluído aí a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de gastos, enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional, que aponta para a diminuição de receitas do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)", disse.

Ex-governadores

José Roberto Arruda (PL) e Cristovam Buarque (Cidadania) reforçaram a importância do Fundo Constitucional para o DF. Em vídeo publicado no Instagram, Arruda lembrou que, desde 1960, o governo federal transfere para Brasília as despesas relativas à educação, saúde e segurança pública.

"Mas, o fazia sempre de forma voluntária. No governo Fernando Henrique, eu era líder no Senado e, liderados pelo então governador Roriz, fizemos uma grande mobilização no Congresso Nacional e conseguimos escrever na Constituição Federal o fundo do DF. A partir de 2002, essas transferências passaram a ser obrigatórias, o que foi uma grande vitória para Brasília", afirmou. "Mudar a fórmula de correção do fundo trará, certamente, um prejuízo muito grande para Brasília daqui para frente. Evitar isso é uma tarefa difícil", pondera, concluindo que confia no poder de convencimento dos deputados e senadores do DF.

Presidente regional do Cidadania e ex-governador do DF, Cristovam Buarque lembrou que, por ter sido governador do DF quando não existia o Fundo Constitucional, sabe o quanto o recurso é necessário. "De todos os presidentes de partido, eu sou aquele que mais defende o fundo. Sei o quanto sofri quando era governador tendo que pedir ajuda aqui e ali. O fundo é fundamental para que os governadores do DF possam realizar o seu trabalho sem depender da boa vontade do presidente da República", acrescentou.

Por outro lado, Cristovam reconheceu a necessidade do governo federal de promover um corte de gastos. "De fato, o Brasil está vivendo uma crise fiscal muito séria e o DF não pode ignorar isso. Temos que lutar pelo fundo, o nosso partido é a favor do fundo, mas temos consciência nacional de brasileiros e não apenas de brasilienses. Queremos defender o nosso sendo solidários com o resto do país", ponderou.

"Deveria haver uma auditoria e mais transparência com relação aos gastos dos recursos do fundo. Precisamos ter credibilidade para defendê-lo", finalizou.

**

Posicionamento partidos

» Declararam apoio: MDB, Republicanos, PP, União Brasil, PSB, PL, PSD, PSDB, PRD

» não se posicionaram ainda: Avante, Novo, PV, PSOL, Solidariedade, Podemos, Cidadania, PDT

» não apoiam: PT

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6727/09-12-2024.html?all=1>

Tarifa Brics: o tiro que pode sair pela culatra (Artigo)

ROBSON CARDOCH VALDEZ *Doutor em estudos estratégicos internacionais (UFRGS) e professor de relações internacionais do IDP*

O aumento de 100% nas tarifas sobre produtos dos países do Brics+ (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Irã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito e Etiópia), conforme ameaça feita pelo presidente eleito Donald Trump na rede social Truth Social, teria impactos significativamente indesejáveis na economia norte-americana, afetando consumidores e setores econômicos importantes dos Estados Unidos. Ainda que essa medida possa incentivar a produção doméstica e a redução do déficit comercial no curto prazo, no médio prazo, porém, poderíamos testemunhar aumento dos preços de itens essenciais, como eletrônicos, alimentos e energia, pressionando a **inflação** e o custo de vida, enquanto cadeias produtivas sofreriam com elevação dos custos de produção em setores-chave. Adicionalmente, esse "tarifaço" poderia enfraquecer a posição geopolítica e comercial dos EUA, criar tensões e até mesmo acelerar, em vez de arrefecer, a cooperação entre os países do Brics+.

Como é sabido, o aumento de tarifas, em tese, pode incentivar a produção doméstica nos EUA, estimulando indústrias a buscar alternativas locais ou regionais, mesmo que isso demande reestruturação de cadeias produtivas em um prazo relativamente maior e a um custo mais alto.

Quanto ao saldo comercial, as tarifas têm um papel importante nesse objetivo, mas também às custas de um aumento de preços aos consumidores e empresas.

Assim, nesse contexto, a economia norte-americana sofreria com a elevação dos preços de itens essenciais, repassando custos para os consumidores estadunidenses e pressionando a **inflação**, o que impactaria o custo de vida. Da mesma forma, a medida anunciada por Trump reduziria a competitividade global de empresas norte-americanas e provocaria mudanças importantes nas cadeias de suprimentos globais, elevando os custos de produção nos EUA, especialmente em eletrônicos (China), energia (Rússia), metais, produtos agrícolas e fármacos (Brasil e Índia). Toda essa dinâmica de desaceleração econômica e **inflação** (persistente em alguns setores) dificultaria os esforços para a

estabilização dos preços e geração de empregos, promessas de campanha de Donald Trump.

Por fim, na dimensão geopolítica, Trump pode desencadear retaliações comerciais recíprocas envolvendo as principais correntes de comércio e investimento em nível global que poderiam isolar os próprios Estados Unidos. Além disso, a medida fortaleceria a cooperação entre os países do Brics+, incentivando ações para reduzir a dependência dos EUA, como o uso de moedas locais e sistemas de pagamento internacionais - um contraponto ao dólar e ao SWIFT. No longo prazo, essa abordagem debilita ainda mais a já enfraquecida capacidade dos EUA de liderar o sistema internacional, fortalecendo a agenda multipolar, muito popular no Sul Global e que vem sendo estrategicamente promovida pela China e pela Rússia.

Em um cenário de eventual recrudescimento das relações Brasil-Estados Unidos, o Brasil se encontraria diante da necessidade de buscar mercados alternativos para compensar a redução das exportações aos EUA, fortalecendo, de forma pragmática, relações comerciais com parceiros na Ásia, Europa e no próprio bloco Brics.

Nesse sentido, o acordo de livre-comércio Mercosul-União Europeia, celebrado na semana passada, parece ter se tornado uma aposta ainda mais relevante para os dois blocos diante da crescente fragmentação do comércio internacional. Essa reconfiguração pode ainda acelerar iniciativas para diversificar a economia e reduzir a dependência do mercado norte-americano, mas exigiria tempo e investimentos significativos. Resta saber se os atores nacionais estão dispostos a esperar. Do contrário, poderão formar grande bloco de oposição ao governo federal.

A ameaça trumpista evidencia, assim, a dificuldade do establishment norte-americano de lidar com um sistema internacional repleto de fraturas e que desafia a declinante liderança dos Estados Unidos. Diante desse cenário de riscos e oportunidades, o Brics+ e demais países avaliam seus relativos graus de sensibilidade e vulnerabilidade no sentido de calibrar suas ações para melhor defender e promover seus interesses nacionais.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6726/08-12-2024.html?all=1>

Semana decisiva para o futuro do FCDF

CAROLINA FREITAS *redacao@gruposjbr.com*

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) terá uma semana decisiva na Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), pretende designar amanhã o relator para o Projeto de Lei 4614/2024, que propõe corte de gastos no orçamento do Governo Federal, incluindo uma alteração no cálculo do FCDF.

A escolha do relator deve acontecer durante a reunião de líderes da Câmara dos Deputados. Lira já enfatizou que pretende optar por um deputado com perfil técnico-orçamentário.

Na última quarta-feira (4), foi aprovada a urgência na tramitação do projeto. Dessa forma, o mesmo não passará pelas comissões e seguirá direto para o plenário.

O PL é de autoria do deputado federal José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Casa.

Desde que a mudança no modelo de correção anual do FCDF foi incluída no pacote de corte de gastos do Governo Federal, há duas semanas, grande parte da bancada do Distrito Federal no Congresso, junto com o governador Ibaneis Rocha, tem lutado contra a mudança.

Os deputados federais eleitos pela capital da República estão confiantes que vão derrubar a proposta.

Até o momento, os partidos Social Democrático (PSD), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Liberal (PL), União Brasil, Progressistas (PP) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se manifestaram contra as mudanças no FCDF. Além disso, o diretório regional do PT no DF, PCdoB-DF e PSB-DF, também se posicionaram em oposição à mudança no Fundo Constitucional.

Na semana passada, os ex-presidentes José Sarney e Michel **Temer** também se manifestaram a favor de manter o FCDF da maneira como está. Até a Ordem dos Advogados do DF encaminhou moção de repúdio ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o objetivo de sensibilizar o Governo Federal sobre os impactos negativos da proposta de correção do fundo.

Ao Jornal de Brasília, o deputado federal Alberto Fraga (PL-DF) destacou que as negociações em prol do

FCDF são boas, e que o apoio, já conquistado, de grandes partidos demonstra que a bancada do DF e o GDF estão no caminho para derrubar mais uma tentativa de corte no Fundo Constitucional.

"Estamos bem tranquilos. Nós estamos no caminho de mais uma vez barrar essa tentativa de corte no FCDF. Eu não tenho dúvida nenhuma de que vamos derrotar essa proposta na Câmara dos Deputados mesmo.

Estamos muito seguros e confiantes que vamos derrubar esse projeto", comentou Fraga.

Por meio das redes sociais, no sábado (7), o governador Ibaneis Rocha enfatizou que todas as capitais do Brasil foram mantidas pelo Governo Federal, e que "não faz sentido", agora, propor uma alteração no FCDF. "Temos um histórico de que todas as capitais da República sempre foram mantidas pelo Governo Federal, desde o estado da Guanabara. Não faz sentido, agora, no contexto da verdadeira política e do pacto federativo, impor à capital da República uma mudança que altera o Fundo Constitucional e prejudica o Distrito Federal", publicou Ibaneis.

O diretório regional do PT no DF já se posicionou contra a proposta do Governo Federal em relação ao Fundo Constitucional. Mas a bancada do partido na Câmara dos Deputados se reunirá hoje para definir a posição da legenda em relação à questão.

Na prática, o Governo Federal propôs que os recursos do FCDF, oriundos da União para financiar a segurança, saúde e educação da capital federal, sejam corrigidos pela **inflação**, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA).

Atualmente, o Fundo Constitucional do DF é reajustado todos os anos com base na variação da Receita Corrente Líquida (RCL), que tem tido crescimento maior.

Caso a medida seja aprovada, o DF perderá mais de R\$ 800 milhões por ano. Em 15 anos, o impacto estimado é de R\$ 12 bilhões. A proposta é que o FCDF tenha a mesma cláusula de reajuste do Fundo de Desenvolvimento Regional, que atualmente é o IPCA.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18354>

"Governo não pode ser refém do Congresso e do mercado"

MARIANA CARNEIRO DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

ENTREVISTA: Randolfe Rodrigues, Senador pelo Estado do Amapá, é formado em História pela Universidade Federal do Amapá e mestre em Políticas Públicas

Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) afirma que o Executivo não pode ser refém nem de congressistas nem de agentes do mercado financeiro. Ao comentar o início de tramitação dificultada do pacote fiscal apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para equilibrar as contas públicas, que enfrentou críticas de analistas e foi paralisado pelo não pagamento de emendas parlamentares, Randolfe afirma que a situação fiscal é uma herança do governo Jair Bolsonaro e que nada justifica o "mau humor" do mercado com o pacote.

"Se entregou a governança da política econômica totalmente ao mercado. E o governo não pode ficar à mercê nem de um agente nem de outro.

Não é um antagonismo com o mercado, mas o governo não pode ser refém", afirma.

O sr. avalia que dá tempo de aprovar o pacote de corte de gastos em 2024?

Na reunião do presidente Lula com os presidentes das Casas (Câmara e Senado), a qual acompanhei, senti o entendimento e o compromisso de que essa agenda tem de ser votada porque é necessária. Creio que será possível aprovar pelo menos essas duas matérias (o projeto de lei e o projeto de lei complementar) do conjunto das medidas de contenção de gastos.

Deixar a PEC para o ano que vem é um risco? Ali estão medidas como mudanças no abono salarial, Fundeb e os supersalários...

A missão que nos foi designada foi aprovar neste ano. É um período muito curto, mas a urgência e a emergência da situação fiscal internacional, as intempéries que vamos ter, sobretudo com a posse de Donald Trump nos Estados Unidos, nos impõem a necessidade de aprovar logo.

O mercado vê o pacote como insuficiente e

parlamentares reclamam de excesso de restrições, principalmente no BPC. O que fazer?

O governo anterior nos entregou três péssimos legados: a ameaça à democracia, a renúncia da governança orçamentária e a renúncia da condução da política econômica. A defesa da democracia e a política econômica conseguimos retomar.

A condução da política econômica não pode ficar com o mercado.

A recuperação da governança orçamentária tem um sentimento do Congresso de direito adquirido em relação a isso. O governo não pode ficar à mercê nem de um agente nem de outro. Não é um antagonismo com o mercado, mas o governo não pode ser refém.

O sr. vê uma reação ideológica de investidores e analistas do mercado?

Não se justifica o mau humor externado diante dos dados que foram divulgados na mesma semana. Estamos com a menor taxa de desemprego da série histórica. Teremos dois anos seguidos de crescimento da economia a mais de 3%. Estamos com menor número de cidadãos na pobreza e na extrema pobreza. Esse ambiente não dialoga com a realidade dos números da economia e com o compromisso fiscal que esse governo tem manifestado.

Houve problema com o anúncio do Imposto de Renda ter sido feito ao mesmo tempo?

Não há razão para se assustar com a isenção para os brasileiros que recebem até R\$ 5 mil. Se esperava que o presidente da República não cumprisse uma promessa?

Houve um problema de comunicação. Vazou a informação sobre a reforma da renda, mas não é uma reforma para agora. A ordem dos fatores é: primeiro o ajuste fiscal e depois, para o ano que vem, a gente discute uma reforma que será neutra, que não trará prejuízo fiscal.

O governo está tendo de negociar pontos no pacote?

O ajuste fiscal não é agradável para ninguém. Sempre toca interesses.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Eu não vi um que recebe supersalário que diga "ok, eu vou deixar de receber supersalário porque a sociedade brasileira quer". Ou que "eu poderia me aposentar com 40 anos indo para a reserva, mas aceito 55 anos". Tocar nisso, que é uma prerrogativa que alguns brasileiros têm e outros não, o que é característico de castas, lógico que terá reações.

Há questionamentos também sobre restrições impostas à concessão de benefícios aos mais vulneráveis.

Nem a bancada do PT está convencida...

Vamos conversar ao máximo, porque em nenhum momento estamos questionando direitos.

O que se tenta corrigir em relação ao BPC (Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda) são as distorções.

É muito caro ao presidente Lula a manutenção dos programas sociais e ampliação de novos, como o Pé-de-Meia.

Não constrange o governo que uma de suas principais bandeiras, que é a política do salário mínimo, seja limitada na largada?

Recebemos um País em que há sete anos não tinha nenhuma correção do salário mínimo e, no primeiro ano, fizemos um aumento real (acima da inflação).

Mas o Estado brasileiro compreendeu que tinha de ter uma regra de gastos. Tudo tem de estar dentro dessa regra de gastos. Isso não significa que não haverá correção. E as correções, combinadas à reforma do IR no ano que vem e a isenção de até R\$ 5 mil, vão representar uma conquista real do poder de compra.

O governo tem votos para aprovar o pacote?

No Senado, estou tranquilo.

Na Câmara, embora o quórum para aprovar a urgência tenha sido no limite, dá tranquilidade para aprovar a lei ordinária.

PEC é outra história. No momento, pode ser que não tenha os votos, mas vamos evoluir.

"A condução da política econômica não pode ficar com o mercado. A governança orçamentária tem um sentimento no Congresso de direito adquirido. O governo não pode ficar à mercê nem de um nem de outro"

Dívida do governo não cai até 2026, dizem economistas

Jéssica Sant"Ana, Lu Aiko Otta e Gabriel Shinohara De Brasília

O principal desafio do governo é sinalizar uma trajetória de estabilização e queda da dívida pública, o que não aconteceu até agora nem deve acontecer até 2026, de acordo com economistas ouvidos pelo Valor.

Eles avaliam que a expansão fiscal promovida pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição e um arcabouço fiscal fraco ajudam na alta do endividamento do país, situação que só poderá ser revertida com uma reforma estrutural dos gastos públicos. Esse desafio, contudo, só deve ser enfrentado a partir de 2027, o que ajuda a explicar os altos prêmios de risco cobrados pelos investidores.

A dívida bruta do governo geral (DGBB), calculada pelo Banco Central (BC) e que espelha o endividamento não só do governo federal, mas também dos Estados e dos municípios, atingiu 78,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) até outubro deste ano. Em dezembro de 2022, o indicador estava em 71,7% do **PIB**. Ou seja, houve uma alta de 6,9 pontos percentuais (p.p.) em quase dois anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A projeção da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado Federal, é que a dívida vai chegar a 84,1% do **PIB** em 2026. Caso confirmada essa estimativa, será um crescimento 12,4 ponto percentuais nos quatro anos do governo Lula. O percentual é considerado muito elevado para um país emergente como o Brasil.

O economista Carlos Kawall, sócio-fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro Nacional, lembra que, com a PEC da Transição, o governo Lula aumentou em cerca de R\$ 200 bilhões o seu patamar de gastos, com o objetivo de recompor programas sociais. Além disso, retomou com a política de valorização do salário mínimo e com o piso de saúde e educação, fazendo com que grande parte das despesas do Orçamento cresça em ritmo mais elevado que o limite do novo arcabouço fiscal. Tudo isso contribuiu para a elevação do endividamento público.

"O arcabouço fiscal é incompatível com a estabilidade da dívida/**PIB**, porque, mesmo em um ambiente econômico super favorável, o crescimento das

despesas é inconsistente com a estabilização da dívida/**PIB** e o arcabouço não é potente o suficiente para se contrapor ao crescimento dessas despesas", afirma Kawall.

Mesmo que todos os gastos obrigatórios crescessem até o limite de 2,5% real, ele afirma que ainda assim não haveria garantia de uma estabilização da dívida, porque o limite de despesas do arcabouço é "fraco" e porque o crescimento de 3% do **PIB** não é sustentável.

Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, também afirma que o crescimento da economia neste momento é explicado pela demanda, dado ao estímulo fiscal promovido pelo governo nestes

dois anos. "Isso bate em **inflação**, e o Banco Central tem que subir a taxa de juros e esse crescimento é abortado. É o velho voo de galinha que o governo está promovendo nesse momento."

Vale calcula que o país precisaria de um superávit primário bastante elevado, na casa de 4% do **PIB**, para reverter a curva da dívida ao fim deste governo Lula. Porém, ele não acredita que a equipe econômica vá entregar um resultado superavitário até 2026.

Nas contas do economista Pedro Schneider, do Itaú Unibanco, seria necessário um superávit primário de 2% do **PIB** para estabilizar a dívida. "Mas a gente está com déficit de 0,5% do **PIB**", comentou. É um cenário que não deve mudar em 2025 e 2026, avalia o economista.

Mesmo com esse resultado, é possível que o governo anuncie neste ano o cumprimento da meta de déficit zero, considerando a banda de tolerância. Isso ocorrerá porque, do déficit registrado, serão descontados alguns gastos, como é o caso da calamidade pelas chuvas em maio no Rio Grande do Sul, as despesas com combate a queimadas e parte dos precatórios, que fica fora da meta por disposição legal. Essa complexidade de regras é também um fator de risco, avalia.

"Estamos entregando um déficit de 0,5% do **PIB** e falando em cumprimento da meta de déficit zero", afirmou Schneider. "Beleza, está cumprindo a lei, mas economicamente a dívida está subindo."

Vale e Kawall dizem que a relação dívida-**PIB** só vai estabilizar quando o governo promover uma reforma consistente nos gastos obrigatórios, que passe por uma nova reforma da Previdência e pela desvinculação dos benefícios atrelados ao reajuste do salário mínimo e dos pisos de saúde e educação do crescimento da receita. "Vai ter que ser criada em 2027 uma nova regra fiscal. Eu não acredito na sobrevivência desse arcabouço frouxo do jeito que está a partir de 2027", diz Kawall.

Os especialistas defendem, ainda, que o país adote uma meta de dívida, de forma a calibrar o resultado primário de cada ano e as medidas de ajuste necessárias. "Não bastam mais regras relacionadas só ao resultado primário", diz Vale. Essa discussão chegou a acontecer no corpo técnico da equipe econômica no começo deste governo Lula, mas acabou ficando de fora da nova regra fiscal.

O novo arcabouço apenas obrigou a equipe econômica a prever no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) uma trajetória de estabilização da DBGG ao longo de um horizonte de dez anos, porém não se trata de uma meta oficial, apenas é uma estimativa, sem nenhum mecanismo de "enforcement" que obrigue o governo a cumprir a trajetória traçada.

Além disso, a IFI lembra que o governo pode deslocar para frente e para cima a trajetória da dívida a cada LDO divulgada, pois não há limites claros para o endividamento público no texto do novo arcabouço. "A falta de limites claros para o endividamento brasileiro prejudica o alcance das metas necessárias à condução de uma política fiscal sustentável, contribuindo para a perpetuação da continuidade do país em nível desconfortável de endividamento, quando colocado em perspectiva internacional", disse a instituição em relatório divulgado em outubro.

No PLDO enviado ao Congresso em abril, a Secretaria do Tesouro Nacional projetou elevação na dívida até 2027, quando chegaria em 79,7% do **PIB**. A partir de 2028 cairia continuamente até o patamar de 74,5% do **PIB** em 2034. No entanto, o número deve ser revisado para cima. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, chegou a dizer, em outubro, que o cenário de estabilização da DBGG seria em 2028 no nível entre 81% e 82% do **PIB**.

Vale acredita que o ideal para o Brasil seria uma dívida mais próxima de 50% a 60% do **PIB**. "Estamos pelo menos 30 pontos acima do ideal. É lembrando que é uma dívida cara. A taxa de juros em cima dessa dívida é extremamente elevada. Isso piora ainda mais a situação, porque leva à necessidade de ter um resultado primário cada vez maior para, de fato, compensar esse crescimento de dívida que a gente

está vivenciando agora", diz o economista-chefe da MB Associados.

Kawall observa que a pressão na curva de juros está maior nos vencimentos de até dois anos, justamente por essa visão do mercado de que, até 2026, não haverá uma melhora fiscal. "A ideia é de que o pior momento é agora. Existe a expectativa de que quem quer que ganhe a eleição em 2026 vai ter que fazer algum tipo de ajuste mais robusto em 2027. O problema é que, até chegar lá, vai ser aí um período bastante desafiador", diz o ex-secretário do Tesouro.

"Talvez o déficit primário não fosse nada fora do lugar, ou muito mais simples, se fosse em outro tempo", disse o economista André Perfeito. Mas, após a pandemia, o estoque da dívida pública ficou "gigante", por isso a tolerância com resultados negativos nas contas públicas ficou muito menor. "Não se pode, numa situação que nem essa, emitir mais dívida", afirma. "Porque o resultado só vai ser alto de juros."

Procurados para comentar, os ministérios da Fazenda e do Planejamento não retornaram.

"É o velho voo de galinha que o governo está promovendo neste momento" Sérgio Vale

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188063?page=1§ion=1>

Estagflação está no radar em 2025, alerta FDC

Rafael Vazquez De São Paulo

Com um cenário geopolítico carregado de riscos, as incertezas domésticas podem deixar a economia brasileira mais vulnerável do que a maioria dos analistas tem observado, segundo uma avaliação de cenário feita por especialistas da escola de negócios Fundação Dom Cabral (FDC). Não está descartada nem mesmo a possibilidade de estagflação, situação rara em que a economia cresce lentamente ou fica estagnada ao mesmo tempo em que a inflação sai do controle.

Para Carlos Primo Braga, professor associado da Fundação Dom Cabral e ex-diretor de política econômica e dívida do Banco Mundial, há séries de riscos externos que podem prejudicar o Brasil caso sejam agravados em 2025. Um deles é a guerra comercial que foi iniciada durante o primeiro governo de Donald Trump nos EUA e que tende a ser reforçada a partir da nova vitória do americano nas eleições de novembro.

"A grande preocupação é que isso gere um efeito indireto. Em termos gerais, a economia brasileira continua sendo uma economia fechada. O Brasil está bem menos exposto do que o México, por exemplo. O problema é que pode haver impactos com desaceleração na economia mundial e na chinesa. Projeções de instituições como o Fundo Monetário Internacional não estão levando em conta a possibilidade dessa guerra comercial se tornar mais significativa", diz Braga.

Antes mesmo de assumir o novo mandato, o que acontecerá no dia 20 de janeiro, Trump prometeu impor tarifas de importação de 25% contra o México e o Canadá, sócios do país no acordo de livre-comércio USMCA, conhecido como novo Nafta. Em relação à China, o presidente eleito dos EUA disse na campanha que vai elevar para 60% as tarifas, além de taxas universais de ao menos 10% sobre importações de todos os demais países.

"Se isso efetivamente acontecer, haverá ações retaliatórias", acrescenta Braga, reforçando a chance considerável de que o impacto no comércio internacional cause uma desaceleração pior do que o esperado na economia global, embora o recrudescimento da guerra comercial também ofereça

oportunidades para o Brasil, especialmente para o agro negócio brasileiro que compete com produtores americanos.

Porém, outro elemento que tende a ser até mais prejudicial para o Brasil é a complexidade do momento atual da China. O país asiático enfrenta um sério desequilíbrio no setor imobiliário local, acúmulo de dívidas em governos regionais e dificuldades em estimular o consumo doméstico, formando um combo para o resfriamento da segunda maior economia do mundo.

O cenário externo pouco amigável, conforme aponta Braga, ainda é intensificado pelas guerras entre Rússia e Ucrânia, com participação indireta de potências ocidentais contra Moscou, e os conflitos no Oriente Médio em torno de Israel, na Síria e no Iêmen. Diante do cenário, o professor associado da FDC lembra que são conflitos com chances de impactar os preços de fertilizantes, no caso do Leste Europeu, e a cotação do petróleo.

Embora todos esses riscos já estejam presentes na conjuntura há algum tempo, Braga alerta que uma eventual piora em qualquer um deles pode pegar o mundo e especialmente o Brasil em cheio, principalmente pela desconfiança doméstica em relação à capacidade do governo brasileiro em controlar o aumento da dívida em relação ao PIB.

"O cenário-base é o de que não haverá nenhuma grande crise prevista para 2025, embora a perspectiva já seja de desaceleração da economia mundial e também da brasileira, associada a essa questão fiscal. Mas tudo vai depender dos desdobramentos das crises geopolíticas que já estão no radar", diz Braga.

A possibilidade de estagflação no Brasil, contudo, é colocada no radar por Braga mesmo em um cenário moderado sem grande piora das guerras, mas com pouso suave da economia da China e uma eventual queda nos preços de commodities junto com obstáculos nas reformas domésticas do país. "Minha principal aposta para 2025 é a economia brasileira desacelerando e crescendo em torno de 2% e inflação acima da meta".

No cenário interno, os especialistas ligados à Fundação Dom Cabral consideram que a situação

fiscal do Brasil é preocupante a ponto, em um futuro próximo, comprometer a eficácia da política monetária em controlar a **inflação**. É o risco conhecido como "dominância fiscal", caracterizado por um ambiente em que o Banco Central aumenta a taxa básica de juros para conter a elevação dos preços na economia, mas ao mesmo tempo eleva o gasto do governo com pagamento de juros da dívida pública em patamar que afeta ainda mais as condições financeiras e gera pressão adicional sobre a **inflação**.

"A questão fiscal é, de fato, o nosso calcanhar de Aquiles", afirma Paulo Paiva, professor associado da FDC e ex-ministro do Planejamento no governo Fernando Henrique Cardoso. "É o ovo da serpente na economia brasileira. Se a trajetória crescente da dívida em relação ao **PIB** não for revertida, em algum momento, não teremos mais condição de fazer qualquer política fiscal de curto prazo."

Paiva reconhece que, desde a pandemia, a trajetória da relação entre dívida e **PIB** acelerou negativamente em todo o mundo e que os parâmetros para determinar se uma economia está saudável podem ter mudado.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a dívida pública global deve atingir 93% frente ao **PIB** mundial no fim deste ano - no Brasil, a estimativa para essa relação é de 86% no fechamento do ano, 89% em 2025 e 94% do **PIB** em 2029.

No entanto, Paiva, assim como o próprio FMI, destaca que a elevação contínua da dívida pública em um patamar que já está elevado para um país emergente pode tornar o processo de estabilização dos gastos cada vez mais custoso para a sociedade, inclusive por causa do risco de dominância fiscal anulando a eficácia da política monetária sobre a **inflação**.

Paiva demonstra preocupação com regras que, na sua visão, engessam exageradamente o Orçamento público. "Houve um aumento considerável dos gastos obrigatórios que nem o arcabouço fiscal nem mesmo o teto de gastos conseguiram lidar bem."

Segundo ele, um dos problemas mais graves é a indexação de despesas ao salário mínimo, que tem um risco de crescimento superior ao da **inflação**, e despesas em educação e saúde que estão indexadas à receita corrente líquida. "Isso faz com que qualquer crescimento do **PIB** puxe aumento de receita, mas puxe também essas despesas. Fica insustentável", afirma.

Para o ex-ministro do Planejamento, o Brasil já enfrente a emergência de fazer um ajuste fiscal estrutural mais além das soluções de curto prazo

anunciadas no pacote da equipe econômica apresentado no fim de novembro. Contudo, Paiva é descrente e aponta que o ambiente político atual está pouco favorável para medidas mais estruturantes.

Ele diz que, embora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tenha realizado uma boa política fiscal nos seus dois primeiros mandatos (2003-2010), desde o "cavalo de pau" no governo Dilma Rousseff, o ambiente político no país tem jogado contra a estabilização da dívida pública.

"A questão fiscal é, de fato, o nosso calcanhar de Aquiles"

Paulo Paiva

"Tudo vai depender dos desdobramentos das crises geopolíticas que já estão no radar"

Carlos Primo Braga

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188063?page=1§ion=1>

"Pacote tem efeito relevante, mas não produz o ajuste fiscal necessário" - GPS DA ECONOMIA

Marta Sfredo coni João Pedro Cecchini

Felipe Salto Sócio e economista-chefe da gestora de investimentos gaúcha Warren, ex-secretário da Fazenda do Estado de São Paulo

Um dos mais respeitados especialistas em contas públicas do país, Felipe Salto já foi "xerife" na Instituição Fiscal Independente (IFI). Na semana seguinte ao anúncio do pacote de corte de gastos, esteve em Porto Alegre para debate na Câmara Americana de Comércio (Amcham) e reuniões com os sócios locais.

Por que considera o pacote insuficiente?

A meta fiscal para 2025 é déficit zero, mas tem margem de tolerância. A máxima é de déficit de 0,25% do **PIB**, R\$ 31 bilhões. Se o governo entregar esse rombo no ano que vem, terá cumprido a meta para fins legais. Nossa projeção é de déficit de 0,85% do **PIB**. Pela nossa conta, para alcançar a margem, é preciso cortar R\$ 46,9 bilhões. O governo deve contingenciar ou bloquear R\$ 16 bilhões. Então, faltariam R\$ 30,9 bilhões.

Conta gasto fora da meta?

Consideramos que boa parte dos precatórios serão pagos por fora da meta. Em 2023, o Supremo Tribunal Federal mandou o governo Lula pagar todos os precatórios que (o ex-presidente) Bolsonaro caloteou. O STF disse que não existe teto, precatório é decisão judicial, tem de pagar e ponto. Só que já havia bola de neve de R\$ 92,4 bilhões, que o governo pagou em 2023. Então, o déficit no ano passado foi R\$ 230,2 bilhões. Para 2024, projetamos R\$ 54 bilhões. Houve melhora expressiva do ano passado para este. E preciso registrar, porque é mérito do (ministro da Fazenda, Fernando) Haddad. Conseguiu aprovar nove medidas no Congresso para elevar a arrecadação. Mas o problema fiscal não foi resolvido, porque boa parte não se repete.

A alta na receita elevou os pisos constitucionais da saúde e da educação, não?

Sem dúvida. Na PEC da Transição, foi negociado um espaço fiscal de R\$ 145 bilhões no antigo teto de gastos. E politicamente compreensível. Imagina um governo de direita que, em pleno ano eleitoral, multiplicou o Bolsa Família por três. Aí, entra o governo de esquerda e diz que vai cortar o Bolsa Família. Nunca aconteceria. Consolidou o patamar de transferências sociais do governo anterior. Ainda tem os gastos tributários, que representam R\$ 547 bilhões de renúncia fiscal. E o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus, o Regime Especial da Indústria Química e todos os subsídios para empresas.

Se faltam R\$ 30,9 bilhões, o corte de 2025 não resolve?

O problema é que o pacote não alcança R\$ 30 bilhões. Na nossa conta, são R\$ 23 bilhões.

Por quê?

Fizemos o cálculo para cada medida que o governo promete, mudanças no abono salarial, no BPC, nas emendas parlamentares, no salário mínimo.

O governo age de má fé ou é um problema matemático?

É um problema de estimativa, envolve projeções de **PIB**, receita, vários indicadores. O governo tem um viés mais otimista. Chegamos em R\$ 23 bilhões. Ficou perto da conta do governo. E por isso que o pacote é bom, mas insuficiente. Tem efeito relevante, mas não produz o ajuste fiscal necessário.

O que falta?

O arcabouço diz que tem de ser déficit zero no ano que vem. A projeção é déficit de 0,85% do **PIB**, ou R\$ 106 bilhões. Para zerar o déficit, teria de cortar acima de R\$ 46,9 bilhões, esse valor é para produzir déficit limitado a R\$ 31 bilhões. E zerar não é suficiente para estabilizar a relação dívida/**PIB**. Nossa conta é que precisa de 1,5% do **PIB** de superávit.

Vê possibilidade de o Congresso melhorar o pacote?

O novo arcabouço é um conjunto de regras para controlar receita, dívida, gasto. Não tem custo político em aprovar regras. Quando se discute Bolsa Família, BPC, salário mínimo, o cenário muda. Aonde o Congresso vai apertar as válvulas que o Haddad já apertou? A chance maior é soltar. Quem votou no Lula sabia que votou em um governo que, a meu ver, é responsável fiscalmente, mas não tem no fiscalismo sua bandeira principal.

Se o pacote não é suficiente, quais são os riscos?

Um ajuste de R\$ 71,9 bilhões em dois anos não dá nem para o cheiro. E o valor não chega a isso na nossa conta. Dá R\$ 45 bilhões ou R\$ 46 bilhões. E os R\$ 71 bilhões já não eram suficientes para zerar o déficit, nem para estabilizar a dívida/ **PIB**. Então para "chegai" em 1,5% do **PIB** em dois ou três anos, precisa de um esforço anual médio de R\$ 70 bilhões. Isso é um ajuste fiscal. Então, por que o mercado não gosta? Por que o mercado não gosta do PT? Uma parte, de fato, é por isso. Mas uma parte é porque está fazendo conta e está vendo um pacote na direção correta, mas o volume de recursos que vai obter não é suficiente. É louvável que um governo de esquerda consiga mexer em feridas abertas, que são programas sociais ineficientes ou com critérios de elegibilidade que ficaram para trás. _

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241209&edicao=30606>

Acordo UE/Mercosul deve aumentar comércio do Brasil em R\$ 94 bilhões

O governo federal estima que o acordo de livre comércio anunciado nesta sexta-feira (6) entre o Mercosul e a União Europeia (UE) deve aumentar o fluxo de comércio entre o Brasil e o bloco europeu em R\$ 94,2 bilhões, o que representa um impacto de 5,1% no comércio atual. O governo ainda estima um impacto de R\$ 37 bilhões sobre o Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e serviços produzidos no país), ou seja, cerca de 0,34% da economia brasileira.

Como a redução das tarifas de importação é gradual, o impacto estimado pela equipe econômica é para o ano de 2044. Com a redução das tarifas, o governo estima que haverá um aumento de R\$ 42,1 bilhões das importações da UE e um crescimento de R\$ 52,1 bilhões das exportações brasileiras para o bloco.

A União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China. Em 2023, a corrente comercial entre Brasil e o bloco europeu representou 16% do comércio exterior brasileiro.

O professor Giorgio Romano Schutte, membro do Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (Opeb), avaliou que o acordo está melhor que o negociado em 2019, entre outros motivos, pelo fato de o Brasil ter colocado salvaguardas para o setor automotivo, para impedir que as importações de carros europeus prejudiquem a indústria no Brasil.

"Mas isso vai depender do governo de plantão, se ele vai usar ou não o poder de salvaguarda", disse.

Professor de relações internacionais da Universidade Federal do ABC paulista (UFABC), ele ponderou que os impactos econômicos do acordo demoram a ser sentidos e são limitados. Ele lembrou que apenas a China tem uma corrente comercial com o Brasil superior aos 27 países da União Europeia somado com o dos Estados Unidos.

"O impacto não é assim tão rápido. A geração de empregos deve demorar a dar resultados.

Mas com esse acordo você aumenta o comércio. Além disso, com o acordo, aumenta o poder de negociação com a China e os Estados Unidos. Tem um elemento político também nesse acordo, para além do econômico.

Agora, algumas poucas empresas brasileiras e do Mercosul vão conseguir aproveitar para fazer negócios na União Europeia, com certeza", analisou Giorgio Romano.

O governo brasileiro estima ainda um aumento de R\$ 13 bilhões em investimentos no Brasil, o que representa um crescimento de 0,76%. Espera-se ainda uma redução de 0,56% nos preços ao consumidor e aumento de 0,42% nos salários reais.

Tudo apenas para 2044, disse Giorgio Romano.

Cotas - A redução das tarifas que o Mercosul cobra da UE pode ser imediata ou ao longo de prazos, que variam entre 4 anos a 15 anos. Para o setor automotivo, os períodos de redução tarifária são mais longos, variando de 18 anos a 30 anos para veículos eletrificados, movidos a hidrogênio e com novas tecnologias.

Do lado da UE, a redução tarifária também pode ser imediata ou por períodos que vão de 4 anos a 12 anos, a depender do produto.

Estão previstas ainda cotas para produtos agrícolas e agroindustriais do Brasil. Ou seja, acima de determinada quantidade, alguns produtos começam a pagar a tarifa cheia para entrar no bloco. Entram nessa categoria produtos como carne suína, etanol, açúcar, arroz, mel, milho e sorgo, queijos, entre outros.

Para o professor Giorgio Romano Schutte, essa é a principal assimetria do acordo. "No caso dos produtos industriais da União Europeia, eles entram sem cotas, sem restrições ao volume.

E no caso dos produtos agrícolas do Mercosul, tem cotas", lembrou

Site: <https://jornaldodiase.com.br/capas-do-dia/>

Trump admite que preços podem subir nos EUA

Em uma longa entrevista ao programa de TV Meet the Press, da NBC, que foi ao ar ontem, Donald Trump disse que não pode garantir que suas prometidas tarifas sobre os principais parceiros comerciais estrangeiros dos Estados Unidos garantam estabilidade nos preços para os consumidores americanos.

O presidente eleito ameaçou com penalidades comerciais amplas, mas disse não acreditar nas previsões dos economistas de que o aumento dos custos dos produtos importados para as empresas americanas levaria ao aumento dos preços internos. "Não posso garantir nada. Não posso garantir o amanhã", disse Trump.

Essa é uma abordagem diferente dos discursos de Trump durante toda a campanha de 2024, quando ele apresentou sua eleição como uma maneira segura de conter a **inflação**. Na entrevista, Trump defendeu as tarifas de modo geral, dizendo que elas "nos tornarão ricos".

Ele prometeu que, em seu primeiro dia no cargo, em janeiro, imporá tarifas de 25% sobre todos os produtos importados do México e do Canadá, a menos que esses países interrompessem de forma satisfatória a imigração ilegal e o fluxo de drogas ilegais, como o fentanil, para os Estados Unidos. Ele também ameaçou impor tarifas sobre a China para ajudar a forçar o país a reprimir a produção de fentanil. "Tudo o que eu quero fazer é ter um campo de jogo nivelado, rápido, mas justo." JUSTIÇA. Trump também fez declarações conflitantes sobre como abordaria o sistema judiciário depois de vencer a eleição, apesar de ter sido condenado por 34 crimes em um tribunal do Estado de Nova York e de ter sido indiciado em outros casos por manipulação de segredos de segurança nacional e esforços para reverter sua derrota em 2020 para Joe Biden.

"Honestamente, eles deveriam ir para a cadeia", disse Trump sobre os membros do Congresso que investigaram o motim no Capitólio.

Ele ressaltou sua alegação de que pode usar o sistema judiciário contra outros, incluindo o promotor especial Jack Smith, que liderou o caso sobre o papel de Trump no cerco de 6 de janeiro de 2021.

Trump confirmou que vai perdoar os apoiadores que foram condenados por seus papéis no motim em seu primeiro dia no cargo. Quanto à ideia de que a vingança está motivando possíveis processos, Trump disse: "Eu tenho o direito absoluto.

Sou o principal agente da lei.

Eu sou o presidente. Mas não estou interessado nisso".

Em outro momento, porém, Trump disse que deixaria o assunto a cargo de Pam Bondi, sua escolhida como procuradora-geral. "Quero que ela faça o que quiser fazer", disse ele.

Por causa dessas ameaças, Biden está considerando emitir perdões preventivos e gerais para proteger os principais membros de seu governo que está acabando.

Opositores

Para Trump, membros do Congresso que investigaram o motim no Capitólio 'deveriam ir para a cadeia'

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>